



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GUILHERME GUERRILHA SUENSON

**GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO: Uma análise da geopolítica do petróleo como causa
não contada da guerra**

FLORIANÓPOLIS

2017

GUILHERME GUERRILHA SUENSON

GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO: Uma análise da geopolítica do petróleo como causa não contada da guerra

Monografia submetida ao curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharelado em Relações Internacionais.

Orientadora: Helton Ricardo Ouriques.

FLORIANÓPOLIS

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 8,00 (oito) ao aluno Guilherme Guerrilha Suenson na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Helton Ricardo Ouriques

Prof. Marcos Alves Valente

Prof. Daniel Ricardo Castelan

RESUMO

A presente monografia apresenta a importância da geopolítica como estratégias adotadas pelos Estados para administrar e expandir seu território e poder. As teorias geopolíticas clássicas pensavam o Estado como um organismo territorial, sendo esta uma comparação elaborada pelo geógrafo Friedrich Ratzel. O neologismo, por sua vez, foi cunhado por Rudolph Kjellen. Seguidos pelo britânico Halford Mackinder, o alemão Karl Haushofer e o francês Paul Vidal de La Blache a geopolítica tratava principalmente das relações entre poder e ambiente, Estado e território, guerra, estratégia e geografia. A evolução dos estudos geopolíticos passaram a abordar assuntos além dos Estados nacionais, como o meio ambiente, disputas econômicas e controle de recursos naturais, por exemplo. Os recursos naturais sempre tiveram um papel estratégico para o crescimento das nações, mas o petróleo transformou-se na fonte de energia primária mais importante, o combustível do capitalismo. O acesso e controle das principais reservas de petróleo do mundo envolvem uma questão que transcende a importância puramente econômica do petróleo como commodity e fonte de energia, ela implica a disputa pelo poder em escala internacional. A geopolítica do petróleo é vista então como objetivo das nações de controlar tanto seus meios de produção quanto dos outros países, no intuito de agregar poder e riqueza. Dada sua importância, o petróleo é um grande influenciador para conflitos, foi pivô de disputas pesadas, como a montagem e derrubada de governos, guerras, invasões de países e regiões, formação de conglomerados econômicos com poder quase ilimitado, constituição de cartéis e alianças entre países, articulações diplomáticas, intrigas, traições, impactos ambientais, etc.. São abordados por essa monografia a Guerra Irã-Iraque, Guerra do Golfo, e a Guerra das Malvinas.

Palavras Chaves: Geopolítica; Petróleo; Oriente Médio;

ABSTRACT

This monograph presents the importance of geopolitics as strategies adopted by the states to manage and expand their territory and power. Classical geopolitical theories thought of the State as a territorial organism, a comparison elaborated by the geographer Friedrich Ratzel. The neologism, in turn, was coined by Rudolph Kjellen. Followed by the British Halford Mackinder, the German Karl Haushofer and the French Paul Vidal de La Blache geopolitics dealt mainly with the relations between power and environment, state and territory, war, strategy and geography. The evolution of geopolitical studies began to address issues beyond national states such as the environment, economic disputes and control of natural resources, for example. Natural resources have always played a strategic role in the growth of nations, but oil has become the most important source of primary energy, the fuel of capitalism. Access to and control of the world's major oil reserves involves an issue that transcends the purely economic importance of petroleum as a commodity and source of energy, which implies a power struggle on an international scale. The geopolitics of oil is then seen as the goal of nations to control both their means of production and other countries in order to add power and wealth. Given its importance, oil is a major influencer for conflicts. It was a pivot of heavy disputes, such as the setting up and overthrow of governments, wars, invasions of countries and regions, the formation of economic conglomerates with almost unlimited power, the formation of cartels and alliances between countries, diplomatic articulations, intrigues, betrayals, environmental impacts, etc. The Iran-Iraq War, the Gulf War, the Falklands War and the action of the Islamic State are covered by this monograph.

Key Words: Geopolitic; Oil; Middle East;

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP- Agência Nacional de Petróleo

EUA- Estados Unidos da América

GLP- Gás Liquefeito de Petróleo

GNV- Gás Natural Veicular

OPEP- Organização dos Países Produtores de Petróleo

OPAEP- Organização dos Países Árabes Produtores de Petróleo

WTI – West Texas Intermediate

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA GEOPOLÍTICA	14
1.1 - O início da geopolítica através de Friederich Ratzel e Rudolph Kjöllen	14
1.2 – As contribuições do alemão Karl Haushofer	19
1.3 – As concepções do inglês Halford Mackinder.....	21
1.4 – O principal nome da geografia francesa: Paul Vidal de La Blache	23
1.5 – Uma síntese da geopolítica	25
2. O PETRÓLEO	27
3. A GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO	36
3.1 – A importância da OPEP e OPAEP.....	40
4. CONFLITOS ENVOLVENDO PETRÓLEO	44
4.1 – A Guerra Irã-Iraque (1980-1988)	44
4.2 – A Guerra do Golfo de 1991	48
4.3 – A Guerra das Malvinas/Falkland War	52
5. CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

INTRODUÇÃO

A geopolítica se desenvolveu a partir do estudo das influências dos fatores geográficos nas decisões políticas dos Estados soberanos, decisões estas que objetivam salvaguardar ou estender o poder de determinado Estado no sistema internacional, em uma visão mais objetiva, geopolítica é a prática, arte ou disciplina que se concentra na utilização de poder político sob determinado território.

A geografia política é, segundo Costa (2008), um conceito estático de um conjunto de estudos sistemáticos mais afetados à geografia e restritos às relações entre o território e a política. Está relacionado a questões como a posição, situação, características das fronteiras e suas dimensões, análise dos hemisférios, aspectos sócio-econômicos e nas divisões político-administrativas.

Define-se geopolítica como um conjunto de estratégias traçadas por um Estado como forma de se conquistar distintos objetivos em diferentes momentos históricos, a exemplo da expansão territorial. MELLO (1999, p.74) aponta que

a geopolítica é um ramo autônomo da ciência política que tem por objeto de estudo as relações e as mútuas interações entre o Estado e sua geografia. Esta disciplina possuiu um acervo de conhecimentos teóricos e empíricos que pode ser utilizado no planejamento da política de segurança de um país no tocante a seus fatores geográficos.

Surgiram várias escolas e correntes de pensamento que desenvolveram teorias distintas, o cientista político sueco Rudolf Kjellén foi quem cunhou o termo "geopolítica" no início do século XX, baseado na obra do geógrafo alemão Friedrich Ratzel, "*Politische Geographie*", de 1897.

Ratzel concebeu o Determinismo Geográfico, tratando o homem como produto do meio, em que as condições naturais determinam a vida em sociedade. O Estado, segundo Ratzel, deve ser analisado como um organismo vivo, ou seja, o Estado seria a sociedade organizada para construir, defender ou expandir o seu território. Dessa maneira, desenvolveu a partir do determinismo geográfico o conceito do Espaço Vital, analisando as condições naturais disponíveis para o fortalecimento de uma dada sociedade ou povo,

onde as populações que dispusessem de melhor espaço vital estariam mais aptas a se desenvolver e a conquistar outros territórios.

Segundo CASTRO (2005, pag. 19-20)

Indo além do determinismo do meio natural como fundamento do “espírito das leis”, Ratzel procurou elaborar uma verdadeira teoria das relações entre a política e o espaço, introduzindo o conceito de sentido do espaço, segundo o qual certos povos tinham maior capacidade de ordenar as paisagens, de valorizar os recursos naturais, de se fortalecer a partir do seu próprio enraizamento no território. Como ocorreu com as ciências sociais naquele período, o modelo de Ratzel foi fortemente inspirado na biologia, e os temas por ele privilegiados respondiam à necessidade de refletir sobre os problemas de sua época, ou seja, a disputa por territórios e o fortalecimento do Estado nacional como garantia de poder dos povos sobre os territórios por eles ocupados.

Rudolf Kjellén estende a proposta de Ratzel para formular a Geopolítica. Como visto acima, esta se apresenta como uma corrente dedicada ao estudo da dominação dos territórios, tratando sobretudo a relação entre Estado e Espaço Geográfico, levando muitas vezes ao desenvolvimento de teorias que legitimam o imperialismo. Para este autor, a geopolítica consiste em um ramo autônomo da ciência política, distinguindo-se da geografia política, a qual representa um sub-ramo da geografia. Kjellén utiliza-se da idéia de Estado como organismo territorial preconizada por Ratzel, mas acaba por reduzir o Estado a um organismo de tipo biológico.

Com o declínio relativo da Inglaterra, grande potência mundial na ordem monopolar da segunda metade do século XVIII e de quase todo o XIX, os embates pela hegemonia mundial se multiplicavam. Nesse contexto, inúmeros pensadores se engajaram na tarefa, apelidada de geopolítica por Kjellén, de compreender o equilíbrio de forças no espaço mundial e as condições pela qual um determinado Estado pode se tornar uma grande potência. Na visão desses pensadores, de forma inclusive coerente com a sua época, o fundamental era a quantidade de recursos — mercados, povos (mão-de-obra, soldados), solos agriculturáveis, minérios, espaço geográfico enfim. Daí as geopolíticas clássicas terem sido em geral explicações a respeito da importância estratégica de determinados territórios, da necessidade de expansão territorial — ou controle de espaços (rotas marítimas ou áreas geoestratégicas) — como forma de fortalecimento do Estado e de adquirir hegemonia. (VESENTINI, 2005, pag.16)

Outro autor de grande importância e influenciador da geopolítica é Paul Vidal de La Blache, precursor da Escola Francesa, pai do possibilismo geográfico e da Geografia Humana, e parte do pressuposto da existência da possibilidade do homem intervir no meio. Blanche deve ser visto por um ângulo de complementação as idéias de Ratzel e não uma simples oposição.

Seguindo as idéias de Kjellén situam-se outros dois expoentes do estudo da geopolítica, Halford John Mackinder e Karl Ernst Haushofer, Mackinder se aprofundou em teorias sobre os domínios das rotas marítimas e das áreas de influência de um país, sobretudo em relação aos mares e oceanos, seu artigo de 1904 intitulado "*The Geographical Pivot of History*" trouxe o conceito do "Heartland", onde geografia e política foram utilizadas em níveis equivalentes para fazer uma análise do mundo e do comportamento dos povos que o habitam.

Segundo Igor Fuser (2005, pag. 173),

A partir da idéia de que os conflitos internacionais podem ser explicados por fatores geográficos – o controle do território, dos recursos naturais e de posições estratégicas como portos, canais, sistemas fluviais –, Mackinder definiu como o epicentro da luta pelo poder mundial a região central da Eurásia, chamada por ele de Heartland e que coincidia aproximadamente com o território da Rússia imperial e, mais tarde, da União Soviética. A potência ou coligação de potências que controlar essa imensa massa territorial, dizia Mackinder, dominará a Eurásia e, em consequência, terá em suas mãos o planeta inteiro.

O alemão Haushofer deu à Geopolítica um sentido bélico, uma visão própria de militares. Muitas das suas idéias influenciaram o desenvolvimento das estratégias expansionistas de Adolf Hitler, visto que entrou na academia com o objetivo de restabelecer e regenerar a Alemanha, analisando que a falta de conhecimento geográfico e geopolítico dos alemães fora uma causa importante da derrota. A partir dos estudos e teorias elaborados por Friedrich Ratzel desenvolve-se o que se chamou de geopolítica alemã, ou, mais precisamente, Geopolitik, que tanta polêmica gerou por suas relações com o nazismo.

“As discussões sobre ela têm sua origem no fato de que até que ponto este era o único desenvolvimento possível, ou se trata de uma distorção das idéias ratzelianas. O que parece fora de dúvida é que Ratzel é um referencial indiscutível e reconhecido por parte dos geógrafos envolvidos” (FONT; RUF, 2006, p.60).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a geopolítica ingressa em uma profunda crise, em uma fase de questionamentos e inclusive de esgotamento de seus pressupostos fundamentais.

“Primeiramente, até meados da década de 1970, ela viveu em uma espécie de ostracismo, pois os vencedores a identificavam com os vencidos (o fascismo italiano, a política expansionista do Japão de antes da guerra e especialmente o nazismo alemão) e praticá-la ou mesmo escrever sobre ela (a não ser que fosse para criticar veementemente) passou a ser algo não recomendável ou mesmo banido do mundo acadêmico e científico” (VESENTINI, 2005, p.25).

O estudo da geopolítica do petróleo é essencial para averiguar que o Estado possuidor de um maior controle sobre a produção, exportação e transporte de petróleo fatalmente ficará em uma posição confortável nos cenários político e econômico globais, revelando a importância da compreensão dessa questão na atualidade. O conceito de geopolítica relacionado ao tema do petróleo, de acordo com ALVEAL (2003), nada mais é do que o objetivo das nações de controlar tanto seus meios de produção quanto dos outros países, no intuito de agregar poder e riqueza.

A geopolítica do petróleo atual decorre da enorme importância desse recurso natural, muito cobiçado e essencial para diversos Estados do mundo. O petróleo é uma substância oleosa, inflamável, com cheiro característico e, em geral, menos densa que a água e com cor variando entre o negro e o castanho escuro. A importância do petróleo reside no fato de a humanidade ser, em sua maior parte, dependente do uso de seus derivados, principalmente como fonte de energia.

A utilização massiva do petróleo e, sendo matéria-prima fundamental à vida moderna, tornou-o em um produto estratégico. A importância dos derivados obtidos através do refino do petróleo e pelo processamento do gás natural pode ser evidenciada nas suas aplicações. O cenário mundial é altamente dependente desses derivados, o que influencia o funcionamento das sociedades, impactando em suas economias, meio ambiente e bem estar.

A partir do século XX, o petróleo destacou-se como mercadoria de grande importância geopolítica, tornando-se matriz energética básica de toda a sociedade industrial, além de motor

energético da economia moderna. Tornou-se, portanto, peça fundamental para o desenvolvimento econômico da sociedade moderna.

A geopolítica do petróleo é determinada pela identificação de todos os países que influenciam, em nível global, a indústria do petróleo, em seguida, é dividida entre os países que importam e exportam petróleo. Depois de identificado em qual lado se encontram os países, é preciso observar qual o grau de influência que eles têm no contexto mundial, pois é dessa disputa de poder entre os importadores e exportadores de petróleo que o jogo geopolítico é determinado.

Nota-se, de modo geral, que os principais atores na geopolítica do petróleo são aqueles países que possuem amplas reservas desse recurso e também aqueles que o consomem em grande quantidade. Nota-se ainda que as análises geográfica e geopolítica do petróleo sempre estiveram ligadas e influenciadas de forma decisiva, pelo ambiente político e econômico do Oriente Médio, do norte da África, e dos países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). A histórica centralidade destas regiões e da OPEP nas questões ligadas ao petróleo é inegável (YERGIN, 2012).

São vários os casos em que o petróleo é a origem de conflitos ao redor do mundo. A Guerra do Golfo foi o primeiro conflito militar internacional em que o controle das reservas de petróleo teve inegavelmente o papel central. Sua origem se deu após a invasão do Kuwait pelo Iraque. Saddam Hussein considerava o pequeno país do Golfo Pérsico, rico em petróleo, uma província iraquiana, argumentando também que o Kuwait estava prejudicando o Iraque no comércio de petróleo, vendendo o produto por um preço muito baixo. A intervenção liderada pelos Estados Unidos foi em grande parte motivada pela necessidade de assegurar o petróleo do Kuwait e também impedir que Saddam expandisse seu controle sobre a matéria-prima. Segundo Fuser (2008, pag. 10)

Cenário dos dois maiores conflitos internacionais do pós-Guerra Fria, em 1990-91 e em 2003, o Golfo Pérsico tem se destacado com a área mais explosiva do planeta – centro de gravidade para onde convergem diferentes interesses estratégicos. Essa região, submetida à dominação colonial e neocolonial até meados do século XX, abriga cerca de 2/3 das reservas mundiais de petróleo – um recurso econômico essencial, não renovável e com o risco crescente de escassez, num contexto em que a demanda mundial cresce num ritmo mais rápido que a capacidade de expansão da oferta.

A Guerra da Malvinas foi conflito armado entre a Argentina e o Reino Unido ocorrido nas Ilhas Malvinas (em inglês Falklands), Geórgia do Sul e Sandwich do Sul entre os dias 2 de abril e 14 de junho de 1982 pela soberania sobre estes arquipélagos austrais reivindicados em 1833 e dominados a partir de então pelo Reino Unido. O arquipélago, embora pouco habitado, tem uma posição geográfica estratégica, também possui o petróleo como influenciador do conflito, uma vez que a recente notícia de exploração de petróleo por ingleses, próximo às Malvinas, pode indicar que os britânicos sabiam da existência de combustíveis fósseis na região. Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira (2012, pag.157)

“De fato, a possibilidade da existência de petróleo nas Malvinas/Falklands era real. Em 1993, a British Geological Survey anunciou a existência de uma zona de exploração de petróleo a 200 milhas em torno das ilhas e dados geológicos (coletados através de explosões que provocam ressonâncias sísmicas, como uma espécie de pequeno terremoto controlado) sugeriram substanciais reservas capazes de produzir 500.000 barris por dia. Também há estimativa de que o volume de petróleo possa ser de 60 bilhões.”

A Guerra Irã-Iraque (1980-1988) foi uma das guerras mais terríveis desde a Segunda Guerra Mundial, mais de um milhão de pessoas foram mortas e o conflito teve a longa duração de oito anos. Tal conflito é um evento que explica parte da configuração de poder que passou a permear a região do Oriente Médio, e, mais do que isso, o confronto entre dois Estados que, com os seus aliados, disputavam a hegemonia na região. O resultado econômico da guerra foi desastroso para ambos os lados: o desenvolvimento econômico do Irã e do Iraque estacionou e as exportações de petróleo foram interrompidas.

O desejo de tomar controle dos recursos petrolíferos de outros países sempre leva a derramamento de sangue, destruição e desestabilização de situação na região em que acontece. Falar de Geopolítica do Petróleo é falar dos cenários e dinâmicas políticas globais referentes ao principal recurso natural da atualidade, que esteve em boa parte dos últimos tempos em disputa pelas grandes potências econômicas internacionais. O objetivo deste trabalho é explanar sobre a Geopolítica e a importância do petróleo no mundo atual para expor conflitos relacionados ao domínio e controle do mesmo.

1. OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA GEOPOLÍTICA

O conceito de geopolítica começou a ser desenvolvido a partir da segunda metade do século XIX por conta da redefinição de fronteiras na Europa e do expansionismo das nações européias, o que ficou conhecido como imperialismo ou ainda neocolonialismo. Na Academia, o termo geopolítica tem como essência uma conotação estratégica, muitas vezes militar, acerca de ações envolvendo controle de territórios dos Estados Nacionais, criação de organizações, como a ONU, etc., interpretando o que está acontecendo na política dos dias atuais a partir de informações geográficas. Com suas pesquisas sobre as interações entre as grandes regiões e zonas do mundo, a geopolítica se interessa naturalmente na política internacional e seus aspectos diplomáticos. Esse capítulo abordará as teorias geopolíticas clássicas e os maiores expoentes dessa disciplina.

1.1 O início da geopolítica através de Friederich Ratzel e Rudolph Kjellen

Friedrich Ratzel (1844-1904) pode ser considerado como um dos mais eminentes pensadores tidos como “clássicos” da ciência geográfica, além de também ser apontado como o fundador do sub-ramo da Geografia conhecido como geografia política. Para Ratzel, a força do Estado estava intimamente ligada ao espaço - na sua forma, extensão, relevo, clima e disponibilidade de recursos naturais -, à sua posição - relações sociais estabelecidas entre o Estado e o seu meio circulante no âmbito nacional e internacional - e, por último, ao sentido (ou espírito) do povo, que representava a força desse determinado povo em relação a outro. Essas idéias, entendidas de maneira simplista e distorcida, ficariam conhecidas como "determinismo geográfico".

Segundo Carvalho (1997, p.42):

São comuns os reducionismos e simplificações do pensamento ratzeliano, que em alguns casos é resumido apenas à lembrança dos possíveis equívocos cometidos, pelo pensador alemão, ao teorizar sobre as relações homem-natureza, ou ao defender suas crenças sobre a evolução dos processos civilizatórios. No primeiro caso, Ratzel teria sido um determinista ambiental incorrigível e, no segundo, um anti-evolucionista adepto de teses combatidas e desgastadas, como as do difusionismo, ou acertadamente condenadas, como as da superioridade civilizatória dos brancos caucasianos.

Moraes (2003) demonstra que os discípulos de Ratzel foram os responsáveis pela radicalização de suas colocações, constituindo o que se denomina “escola determinista” de geografia, ou a doutrina do “determinismo geográfico”. Os autores dessa corrente partiram da definição ratzeliana do objeto da reflexão geográfica e simplificaram-na. Orientaram seus estudos por máximas como “as condições naturais determinam a História” ou “o homem é um produto do meio” empobrecendo bastante as formulações de Ratzel, que falava de influências.

Ratzel desde sua juventude estava impregnado de uma visão orgânica e evolucionista do homem e de suas criações, nomeadamente do Estado, dessa forma a interpretação do pensamento de Ratzel só se faz possível por da compreensão do período histórico em que este viveu e produziu suas obras. Este geógrafo tem por formação não a geografia, mas farmácia e zoologia; sofre a influência de Ernst Haeckel, inventor da palavra “ecologia”, disciplina que examina a interação entre o homem e o seu meio.

Durante seus estudos de nível superior, Ratzel teve a oportunidade de entrar em contato com a obra “A Origem das Espécies” de Charles Darwin, a qual acabou por influenciar grande parte de seus estudos posteriores, tanto de cunho naturalista quanto político.

Após concluir seus estudos na Universidade de Jena, tendo já publicado alguns estudos com base no darwinismo e outros no naturalismo, Ratzel alista-se nas tropas alemães em 1870, pois seu viés nacionalista objetivava combater a França de Napoleão III. Depois viaja pela Itália (1872) e os Estados Unidos (1873). É na observação do espaço americano que se torna geógrafo. Em 1876, Ratzel ocupa a cadeira de Geografia da Universidade Técnica de Munique. A sua tese intitula-se *Die Chinesische Auswanderung* (A Emigração Chinesa). Neste trabalho desenha-se a sua atenção à geografia, aos movimentos da população sobre o planeta, às diferentes formas de invasão.

Como já dito anteriormente, a obra de Ratzel é por meio de vários pontos de vista, indissociável de seu contexto, a começar por seu ambiente intelectual. É influenciado por Humboldt e Ritter, e seus mestres mais diretos, Oskar Peschel e Ernest Haeckel, os quais contribuem com suas interpretações sobre a relação entre o território e o Estado, e principalmente, pelas teorias de Charles Darwin aplicadas à sociedade, o “darwinismo social” na linha de Lamarck e Spencer. Destas influências que Ratzel aprofunda, resultam conceitos básicos de geografia política, começando por *lebensraum* (espaço vital), que será um dos seus fatos, um de seus principais legados. Estas referências situam Ratzel dentro do positivismo: de

fato, sua obra é basicamente uma tentativa de dotar de base científica – teoria, leis, previsibilidade – o comportamento espacial das sociedades e dos corpos políticos.

Além disso, como sugerem Joan Nogue Font e Joan Vicent Rufi (2006, pag. 58):

Por outro lado, no pensamento ratzeliano são evidentes as influências de outros campos, a destacar as que provêm da filosofia alemã e sua dimensão política. Ratzel bebe do idealismo de Hegel, especialmente em seus aspectos referentes à teoria do Estado – único ator territorial efetivo – e de Herder, por sua interpretação da responsabilidade histórica do povo alemão. Uma combinação paradoxal entre idealismo, às vezes romantismo e positivismo, que o inscreve na principal tradição intelectual que constrói o discurso nacional-germânico.

Para Ratzel, o que define e dá coesão a um povo é o território que compartilha, e sua história, quer dizer o tempo e o espaço comuns. No entanto, se da primeira categoria, segundo Ratzel, existe uma consciência difundida de sua importância, da segunda, não; esta era uma das obsessões de Ratzel: revelar a transcendência do espaço para a sobrevivência do Estado e, portanto, da sociedade.

Ratzel entra mais precisamente em uma geografia política pragmática, tentando dar cobertura científica ao comportamento territorial do Estado. Em *Politische Geographie* (Geografia Política, 1897) entende-se melhor estas explicações: sobre o Estado e o mar, a localização e a expansão dos Estados, a fronteira, a demografia e o potencial dos Estados, as imigrações – um tema que ele havia estudado durante a sua estadia nos Estados Unidos e que considerava fundamental.

A Geografia de Ratzel foi um instrumento poderoso de legitimação dos desígnios expansionistas do Estado alemão recém-constituído, encontra-se nas palavras de Moraes (2003, pag. 59) que:

Ratzel vai ser um representante típico do intelectual engajado no projeto estatal; sua obra propõe uma legitimação do expansionismo bismarckiano. Assim, a Geografia de Ratzel expressa diretamente um elogio do imperialismo, como ao dizer, por exemplo, “semelhante à luta pela vida, cuja finalidade básica é obter espaço, as lutas dos povos são quase sempre pelo mesmo objetivo. Na história moderna a recompensa da vitória foi sempre um proveito territorial”

Outro desdobramento apontado por Moraes (2003), referente à proposta de Ratzel manifestou-se na constituição da Geopolítica. Esta corrente, dedicada ao estudo da dominação dos territórios, partiu das colocações ratzelianas referentes à ação do Estado sobre o espaço.

Esses autores desenvolveram teorias e técnicas que operacionalizavam e legitimavam o imperialismo, isto é, discorriam sobre as formas de defender, manter e conquistar os territórios. Os autores mais conhecidos dessa corrente foram: Kjellen, Mackinder e Haushofer.

Ratzel é sem dúvida um dos mais eminentes representantes da escola clássica alemã de geografia; sua obra, que trata de problemas que se associam aos de outras ciências naturais e sociais, se constitui em uma das contribuições mais importantes para o desenvolvimento da geografia moderna. Como mostra Vesentini (2005, p.16):

A partir destas idéias iniciais a geopolítica logo se expandiu, tendo encontrado no cenário mundial da primeira metade do século XX um solo fértil para crescer. A ordem mundial multipolar que vigorou desde o final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial propiciava um clima de pré-guerra entre as grandes potências do período, com acirradas disputas por territórios, mercados e recursos na África, na Ásia e até na Europa. Com o declínio relativo da Inglaterra, grande potência mundial na ordem monopolar da segunda metade do século XVIII e de quase todo o XIX, os embates pela hegemonia mundial se multiplicavam. Nesse contexto, inúmeros pensadores se engajaram na tarefa, apelidada de geopolítica por Kjellén, de compreender o equilíbrio de forças no espaço mundial e as condições pela qual um determinado Estado pode se tornar uma grande potência. Na visão desses pensadores, de forma inclusive coerente com a sua época, o fundamental era a quantidade de recursos — mercados, povos (mão-de-obra, soldados), solos agriculturáveis, minérios, espaço geográfico enfim. Daí as geopolíticas clássicas terem sido em geral explicações a respeito da importância estratégica de determinados territórios, da necessidade de expansão territorial — ou controle de espaços (rotas marítimas ou áreas geoestratégicas) — como forma de fortalecimento do Estado e de adquirir hegemonia.

Conforme citado acima, foram os trabalhos e conceitos sobre a natureza política, geográfica e social do Estado, de Friedrich Ratzel, que serviram como base para o estabelecimento da Ciência Geopolítica, valendo o seu reconhecimento como o precursor desta nova e importante ciência. Como é evidente, as teorias de Ratzel, mesmo que não preconizem diretamente a guerra, justificam a expansão territorial como uma exigência biológica e portanto, permitem interpretar em termos de “necessidade natural” a conflitualidade tirânica dos Estados mais potentes nos confrontos dos organismos políticos menores. Por este motivo, as suas idéias se prestavam à fundamentar as reivindicações expansionistas da Alemanha, e para esse fim, seria tomado por aqueles que se tornariam os fundadores da geopolítica da escola alemã, Rudolf Kjellén e Karl Haushofer.

Rudolf Kjellén (1846- 1922), natural da Suécia, professor na Universidade de Gotemburgo, foi, além do criador do termo “Geopolítica”, o responsável pelo reconhecimento da autonomia do seu estudo, elevando-a à categoria de ciência aplicada e continuada por seus seguidores. Impressionado pelas teorias de Ratzel, sobre a natureza orgânica dos Estados, abandonou a orientação jurídico-filosófica que até então predominava no estudo da Ciência Política, passando a analisar o fenômeno do Estado por processos rigorosamente científicos, nos moldes usados pelas ciências físicas, naturais e sociais. Passou a analisar o Estado em sua estrutura mais íntima, sob o ponto de vista jurídico, social e econômico, procurando em aspectos tangíveis as bases em que o mesmo se fundamenta.

Foi Rudolf Kjellén, criador do vocábulo Geopolítica em 1899, que em uma conferência universitária, utilizou-o pela primeira vez e, posteriormente, em seu trabalho “O Estado como forma de vida”, publicado em 1916, ocasião em que definiu: “Geopolítica é a ciência que estuda o Estado como organismo geográfico, isto é, como fenômeno localizado em certo *reich*¹”.

Para Kjellén, não é possível analisar o Estado somente sob o aspecto jurídico e subsidiariamente enriquecido das contribuições da sociologia e da economia. Era necessário analisá-lo com visão global, investigando com igual ênfase todos os fatores que o compõem. Dentro desse raciocínio, adotou um novo método de estudo da Política, analisando-a sob os seguintes aspectos: Geopolítica: determina a influência do solo (situação, valor do território ocupado) nos fenômenos políticos; Ecopolítica (atualmente Geoeconomia): influência dos fatores econômicos nos fenômenos políticos; Demopolítica: estudo do Estado como nação (povo); Cratopolítica: estuda a política do governo, como poder. Introduziu, também, a idéia de Nacionalismo, que daria a expressão característica do Estado. Território e espaço passam a ser reabastecidos pelo misticismo com a inclusão do conceito de nacionalismo que, por sua ampla e sugestiva significação, pode alimentar as idéias de expansionismo.

Na história do pensamento geopolítico, a principal contribuição de Kjellén, além de ter cunhado o silogismo “geopolítica” é considerado de ter atribuído à geopolítica um tema específico (a análise da posição relativa do Estado comparado com os outros, da forma do território do Estado, das suas característica físicas) e a tarefa (avaliar o nível de potência dos

¹ “Reich”: palavra de difícil tradução em português, porque contém o sentido de solo político (território e tudo o que nele se encerra), isto é, o “*dominium*” propriamente dito, no sentido latino do vernáculo.

Estados e a previsão da evolução das situações internacionais). Da posição, que pode ser periférica, central ou situada em uma condição de interposição entre grandes potências, Kjellén evidencia o significado relativo e variável no tempo, da forma do território, considerando que em condições ideais deveria ser concêntrica. Já a dimensão é considerada por ele como um indicador do futuro do Estado enquanto grande potência. Desta forma, o Estado é segundo Kjellén, em contínua competição com outros Estados e os maiores tendem a subjugar os menores.

Com suas previsões de grandeza, a sua obra que originalmente foi escrita em Suéco, foi traduzida e difundida na Alemanha sucessivamente após a derrota na primeira Guerra Mundial, e obteve um notável sucesso, tornando-se parte da bagagem cultural de muitos nacionalistas amargurados pelas consequências do conflito e ansiosos em por remédios a tal situação.

1.2 As contribuições do alemão Karl Haushofer

As idéias de Haushofer eram baseadas em Ratzel e Kjellén, e se desenvolveu basicamente em Munique, e acabou repercutindo no mundo todo devido o fato do período ser marcado pelas guerras. Sua geopolítica associava a luta pelo espaço a um povo racialmente homogêneo e que procurava articular a “ciência militar” com a geografia política, de onde surgiria então a geopolítica aplicada à geografia alemã.

A partir dos estudos e teorias elaborados por Friedrich Ratzel desenvolve-se o que se chamou de geopolítica alemã, ou, mais precisamente, Geopolitik, que tanta polêmica gerou por suas relações com o nazismo. “As discussões sobre ela têm sua origem no fato de que até que ponto este era o único desenvolvimento possível, ou se trata de uma distorção das idéias ratzelianas. O que parece fora de dúvida é que Ratzel é um referencial indiscutível e reconhecido por parte dos geógrafos envolvidos” (FONT; RUF, 2006, p.60). É com Karl Haushofer² (1869-1946) que a geopolítica sai do âmbito das reflexões políticas ou acadêmicas para tornar-se uma teoria que dirige ou justifica a ação política.

² Haushofer e os demais colaboradores da Zeitschrift für Geopolitik (Revista de Geopolítica) foram influenciados diretamente pelas teorias e idéias estabelecidas por Friedrich Ratzel, Rudolf Kjellén, Alfred Mahan e Halford Mackinder.

Somente com cinquenta anos Haushofer abandonou a carreira militar para iniciar a acadêmica: seu caráter e suas convicções estavam, portanto, definitivamente plasmados pela experiência militar, tanto que nos seus escritos quase nunca falta a menção à sua natureza de soldado. O Karl Haushofer geopolítico é, pois, a continuação, com outras modalidades, do Karl Haushofer militar. A partir de 1919-20, ele esteve ligado por estreitíssima amizade com o vicário de Hitler, Rudolf Hess, cujos destinos se entrelaçariam indissolúvelmente.

Segundo Tosta (1984, p.62-63):

Não se sabe exatamente até que ponto os conhecimentos de Haushofer influenciaram as idéias de Adolf Hitler. O fato é que o Estado-Maior alemão simpaticizava amplamente com a tese de Haushofer, e certamente o capítulo XIV do Mein Kampf contém muitos pontos de vista do mestre alemão. A verdade fundamental e incontestável é que Haushofer, diretamente em uns casos e de modo indireto em outros, coordenou, integrou e racionalizou todo o campo da Geografia comparada para uso do Führer.

O general e geógrafo alemão, que impressionou Adolf Hitler por sua visão geopolítica, assim a conceituava: “Geopolítica é a ciência que trata da dependência dos fatos políticos em relação ao solo”. Mais tarde, em 1928, Haushofer, Obst, Lautensach e Otto Maull, quatro dos grandes geopolíticos da época, emitiram uma declaração conjunta na qual conceituaram: “Geopolítica é a ciência da vinculação geográfica dos acontecimentos políticos”.

Haushofer, segundo (COSTA, 2008, p.127), não estava preocupado com os fundamentos da geografia política em si, mas na sua articulação com as ciências políticas, cujo resultado (a geopolítica) fosse útil aos “homens de Estado” encarregados da política externa de seu país.

A geopolítica alemã nessa época, como já foi visto, era basicamente expansionista, e esse expansionismo influenciava todo o meio acadêmico alemão. É notável isso nas teorias geopolíticas de Ratzel, Kjéllen, Haushofer entre muitos outros que também tinham essa visão da necessidade de expansão territorial como sendo uma das poucas formas de obter poder. O próprio líder do partido nazista tinha esse pensamento, influenciado por Haushofer e também pela mitologia nórdica que diziam que o povo alemão era uma raça superior e que só alcançaria sua superioridade quando o sangue alemão fosse puro.

A análise da geopolítica desenvolvida no espaço geográfico alemão é, em primeiro lugar, consequência da derrota de 1918, do Tratado de Versalhes. O tratado de Versalhes privava a Alemanha de parte essencial do território para sua sobrevivência como grande potência. O

debate sobre o “espaço vital” tornou-se, portanto, politicamente central e, nele, a “geopolítica” começou a assumir um peso crescente, até se apresentar como a parte fundamental da ideologia oficial no Estado nacional-socialista. É nesta atmosfera que o ex-general Karl Haushofer e suas teorias saem das aulas universitárias para entrar nos salões do poder. Haushofer chegou à conclusão de que a posição da Alemanha no centro da Europa era geoestrategicamente vulnerável, por se encontrar cercada de Estados dinâmicos tanto a leste quanto a oeste.

Talvez o general-geógrafo seja o geopolítico mais conhecido, sendo este renome indissociável da história da Alemanha, do seu caráter excepcionalmente violento e trágico, durante os vinte sete anos que abrangem desde a derrota na Primeira Guerra Mundial em 1918 até a queda de Hitler em 1945, fato este que marca o fim da Segunda Guerra Mundial. Em 10 de março de 1946, Haushofer e sua esposa Martha foram encontrados mortos pelo seu filho Heinz no jardim da sua propriedade. Os dois suicidaram-se.

1.1 As concepções do inglês Halford Mackinder

Não menos importante que Haushofer para o desenvolvimento da geopolítica, Halford Mackinder e sua teoria “Pivô da História” vem completar as ideias de Ratzel. É um inglês típico do período de apogeu do império Britânico. Sua importância é semelhante à de Ratzel e suas propostas continuam vivas até hoje. Nascido em 1861, no norte da Inglaterra, e é de origem escocesa. Morre em 1947, imediatamente após a 2ª Guerra Mundial. Ele viu a Revolução Industrial, as duas grandes guerras, viu o nazismo, o fascismo e a revolução proletária. Sua teoria foi grande influenciadora da história, da geografia política e das relações internacionais.

Assim como Haushofer foi um expoente da geopolítica alemã, Mackinder foi para a Inglaterra e concebeu uma forma original da noção de poder; chegou mesmo a fazer uma tipologia do poder. Sua proposta era de uma divisão dual entre o poder marítimo e o poder terrestre. O poder terrestre é o central e o poder marítimo é o periférico. Isto foi um impacto para os ingleses, pois significava que o poder inglês era vulnerável. A Inglaterra pensava poder dominar o mundo apenas pelos mares.

Mackinder foi um dos primeiros a teorizar sobre a noção de centro-periferia, propondo a Teoria "Heartland-Rimland": Para se ter o poder mundial é preciso dominar a "area core"

(Europa Central e Leste Europeu, ou seja, do sul da Alemanha até os Montes Urais e o Cáucaso), que é a "área coração", região mais bem defendida da Terra; quem conquistar a "area core" comandará a "Heartland"; quem conquistar a "Heartland" comandará a Ilha Mundo ("World Island"); quem conquistar a Ilha Mundo comandará o Mundo.

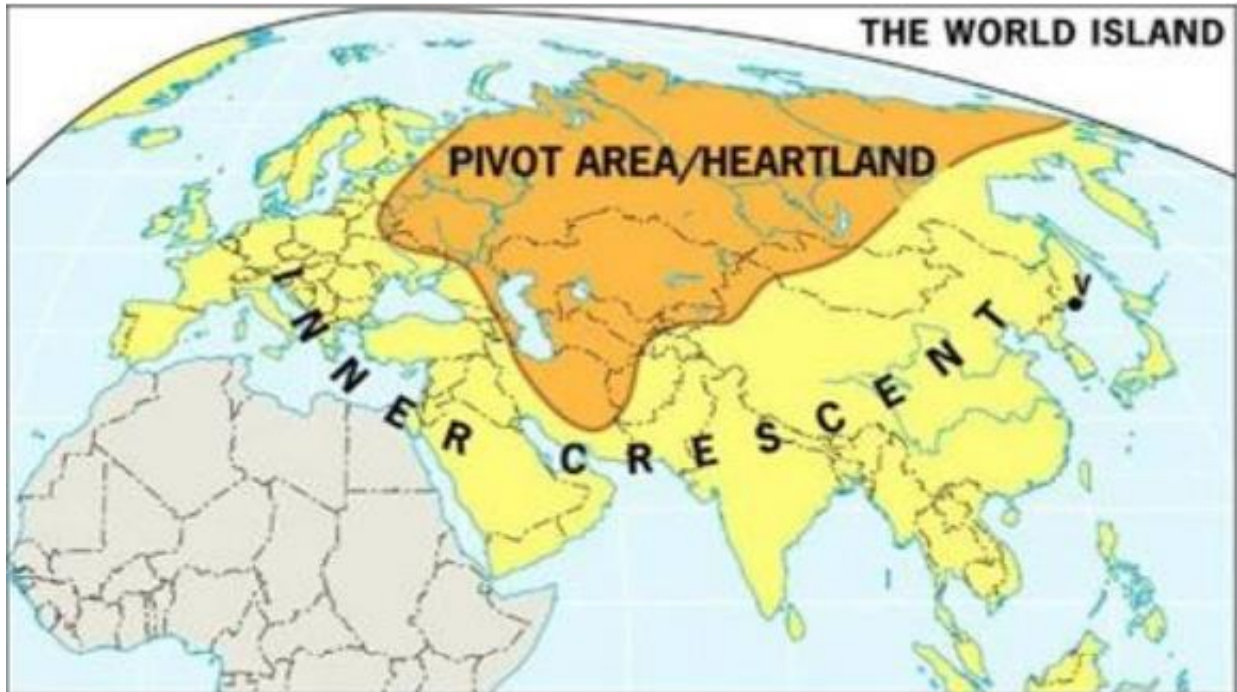


FIGURA 1 – The World Island segundo Mackinder.

Segundo Mackinder, “O pivô geográfico da história” representa o poder terrestre em seu antagonismo histórico e geográfico com o poder marítimo. O argumento no célebre artigo O Pivô Geográfico da História (1904), é que o país ou aliança que transformar as riquezas das vastas extensões eurasiáticas em poder econômico poderá lançar-se enquanto poder militar e disputar a hegemonia mundial. As potências terrestres utilizavam-se de sua posição central e de suas linhas interiores para se expandir em direção às regiões periféricas e conseguir saídas para os mares e oceanos. As potências marítimas apoiavam-se em sua posição insular e em suas linhas exteriores para dominar as regiões litorâneas e manter as potências terrestres encurraladas dentro dos limites de sua posição mediterrânea.

A Área Pivô representa, em outras palavras, uma ampla extensão territorial do continente eurasiático, dotada de vastos recursos minerais vitais à industrialização e de extensas planícies que permitem o desenvolvimento da agricultura comercial. Do ponto de vista estratégico, seu relevo plano permite deslocamentos rápidos por terra; enquanto que sua distância em relação ao mar assegura uma profundidade territorial frente a ataques de potências oceânicas.

Através de MELLO (1999), vemos que Mackinder propõe a existência de um único oceano, o Great Ocean, que representa três quartos da área do globo, sendo o restante formado pelos continentes da Europa, Ásia e África, que formariam a World Island ou Ilha Mundial, e mais os continentes isolados das Américas e Oceania. Ainda segundo Mello (1999), a teoria mackinderiana materializa geográfica e cartograficamente uma nova visão de mundo dos europeus, e é caracterizada por três aspectos: a) Histórico: a evolução da civilização europeia deixa de ser vista como um processo endógeno e autocentrado; b) Geográfico: a Europa perde a visão de distanciamento da Ásia, consubstanciada na barreira dos Montes Urais, e passa a formar a Eurásia; e c) Cartográfico: perde-se a visão eurocêntrica dos mapas produzidos em favor da Pivot Area, vista como região central e basilar da plataforma eurasiática.

Na descrição de Mackinder, o gigantesco núcleo eurasiático possuía três características físicas essenciais. O heartland era incomparavelmente a mais extensa região de planícies de todo o globo terrestre, sendo esta uma fortaleza inacessível ao assédio do poder marítimo das potências insulares ou marginais da Eurásia, favorecendo ao mesmo tempo o desenvolvimento do poder terrestre da potência continental que possuísse ou viesse a conquistar aquela região basilar.

Mackinder descreveu toda sua preocupação com a Europa oriental através da seguinte frase: “Quem domina a Europa Oriental controla o Heartland; quem domina o Heartland controla a World island; quem domina a World Island controla o mundo”. Desta forma, era vital para a Inglaterra isolar a Rússia e a Alemanha, impedindo uma aliança entre ambas ou a conquista de uma pela outra. A configuração de um bloco de poder russo-germânico provocaria a ruptura do equilíbrio europeu, colocando em risco a posição insular e a preponderância naval britânica.

A teoria desenvolvida por Mackinder demonstrou ser extremamente atual, além de ser uma das teorias mais influenciadoras do meio geopolítico. Sua teoria continua viva até os dias de hoje, mais ainda do que quando foi escrita pela primeira vez, pois era uma teoria tão arrojada que não fora entendida a princípio, mas alguns anos mais tarde foi capaz de entusiasmar personalidades como Stalin, Hitler e muitos outros estadistas.

1.4. O principal nome da Geografia francesa: Paul Vidal de La Blache

Admitindo a geografia como estratégia de sobrevivência não apenas de grupos sociais mas também de Estados Nacionais, Vidal de la Blache acompanha atentamente os interesses territoriais da França na Europa, na África e nas Américas no âmbito do Colonialismo.

Paul Vidal de la Blache³(1845-1918) foi imprescindível para o desenvolvimento da geografia humana moderna, fazendo florescer o famoso Possibilismo Geográfico. Tendo se voltado primeiramente às ciências humanas, em especial à História, ganhou seu espaço primeiramente em 1866, na Escola Normal Superior de Paris como professor de História e Geografia. Em termos de método, a proposta de Vidal não rompeu com as formulações de Ratzel, mas foi sim um prosseguimento destas.

É membro da conhecida Escola Possibilista⁴ francesa, a qual desconsidera a ideia determinista do homem como produto do meio, em que o ambiente físico é o fator mais importante e influente na vida do homem. Dessa forma, segundo Mafra (2006), o homem deixa de ser também o principal influenciador do Estado, caracterizando assim o fato de o destino de ambos estarem totalmente presos à extensão territorial (e à localização), considerando os aspectos geográficos.

La Blache também defendia a prática de uma Geografia Regional. Para esse pensador, seria impossível, ao menos naquele momento, alcançar visões totalizantes para a realidade, de forma que os conhecimentos e os conceitos só deveriam ser aplicados em realidades específicas. Por isso, incentivou e participou de muitas monografias regionais, isto é, estudos que se preocupavam apenas com uma determinada região e que se caracterizavam por serem extremamente descritivos.

Desta forma, os possibilistas se dedicam à crítica do fatalismo geográfico, pois defendiam que o homem não pode ficar abaixo das condições geográficas, mas sim deve dominá-las. Afinal, o ser humano é racional e possui livre arbítrio. Do mesmo modo, não aceitavam a alegação de que o Estado é uma entidade política orgânica ao afirmar que este consiste em uma unidade nacional e cultural dirigida pelos cidadãos (MAFRA, 2006). La Blache entendia a relação do homem com o solo de forma racional, vendo o homem como principal transformador do meio físico, ou seja, como agente geográfico.

³ De La Blanche fundou a revista “Annales de Géographie”, que permanece até hoje como um dos melhores e mais importantes periódicos de Geografia na França.

⁴ Paul ainda colaborou com dois clássicos da geopolítica ao escrever “Atlas Générale” e de uma obra póstuma nomeada “Escola de Geografia Humana”, de 1921.

1.5 Uma síntese da geopolítica

É consensual, no âmbito dos estudos da geopolítica, que o neologismo foi originalmente cunhado, no crepúsculo do século XX, pelo sueco Rudolf Johan Kjellén, professor das Universidades de Gotemburgo e Uppsala.

Mas primeiramente foi Ratzel quem revolucionou a geografia do seu tempo, influenciando Kjellén e outros geógrafos importantes fora do espaço cultural germânico, como o francês Paul Vidal de la Blanche. O trabalho de Ratzel está associado às concepções evolucionistas e biológicas do Estado e da sociedade que progressivamente se difundiram pelo campo das Ciências Sociais. O trabalho de Ratzel foi intensamente inspirado na biologia, e os temas por ele privilegiados respondiam à necessidade de refletir sobre os problemas de sua época, ou seja, a disputa por territórios e o fortalecimento do Estado nacional como garantia de poder dos povos sobre os territórios por eles ocupados.

Kjellén contribuiu com a geopolítica ao explicar que não é possível analisar o Estado somente sob o aspecto jurídico e subsidiariamente enriquecido das contribuições da sociologia e da economia. Era necessário analisá-lo com visão global, investigando com igual ênfase todos os fatores que o compõem. Já Vidal La Blanche defendia uma geografia regional baseada no intensivo estudo de regiões, em que existiria um contínuo jogo de ação, reação e interação entre grupos humanos e seus ambientes naturais.

Mackinder abordou o tema da política mundial como condicionados pelo espaço e a posição, construindo a sua teoria evocando a necessidade de um equilíbrio das forças, e também o equilíbrio entre as potências continentais e marítimas, concluindo de certa forma, que a potência que dominasse as forças marítimas e continentais seria inevitavelmente a potência do mundo. Mackinder fez de sua obra um precursor e foi capaz de criar uma verdadeira escola de pensamentos, onde sua influência sobre a atividade dos políticos dos grandes Estados não pode ser subestimada, e em particular, nos países Anglo-saxônicos.

Em Haushofer reuniam-se as características do militar e do acadêmico: para além dos conhecimentos de estratégia militar inerentes à sua formação de alta patente e ao exercício de docência na academia militar, era detentor de significativas credenciais acadêmicas. Com Haushofer a geopolítica sai do âmbito das reflexões políticas ou acadêmicas para tornar-se uma teoria que dirige ou justifica a ação política.

Ficam como elementos básicos da geopolítica: a tendência dos Estados em face das suas condições geográficas; a forma e posição dos territórios dos Estados no mundo; e a linha periférica e as fronteiras do território dos Estados. E é intrínseco à geopolítica considerar em seus estudos os seguintes aspectos: latitude, relevo, continentalidade ou maritimidade, e sua situação relativa aos Estados vizinhos.

Sintetizando a essência dos conceitos descritos acima, a geopolítica é a forma como os países se inserem no contexto mundial para a busca de poder, crescimento e hegemonia, principalmente aumentando suas capacidades através da extraterritorialidade.

2. O PETRÓLEO

O petróleo é um óleo inflamável, formado a partir da decomposição, durante milhões de anos, de matéria orgânica como plantas, animais marinhos e vegetação típica das regiões alagadiças e é encontrado apenas em terreno sedimentar. A base de sua composição é o hidrocarboneto, substância composta por carbono e hidrogênio, à qual podem se juntar átomos de oxigênio, nitrogênio e enxofre, além de íons metálicos, principalmente de níquel e vanádio.

Sobre sua origem, a teoria estritamente mineral afirma que o petróleo se formou a partir de carburetos (de alumínio, cálcio), que submetidos à hidrólise, deram origem à hidrocarbonetos (metanos, alcenos, etc). Estes sob pressão e por aquecimento, teriam se polimerizado e condensado, originando o petróleo. Já a teoria orgânica afirma que a presença de compostos nitrogenados, clorofilados e hormônios no petróleo pressuporia a participação animal e vegetal na sua formação. Nela destaca-se o papel de microrganismos animais e vegetais (plâncton), que sob a ação de bactérias, formariam uma pasta orgânica no fundo dos mares, que misturada com lama e areia, se transformariam em rochas. Embora aceita, a teoria ainda não conseguiu esclarecer completamente por que processos teria a matéria orgânica se convertido em petróleo e gás natural.

Referências esparsas nos levam a acreditar que os humanos já conheciam o petróleo quatro mil anos a.C.. Babilônios, Egípcios, Astecas e outras civilizações antigas conheceram o petróleo. Na antiguidade, conhecido por betume, era encontrado em poças à flor da terra. Usado na calafetação da Arca da Noé, conforme citações bíblicas, nas Pirâmides do Egito, no Templo de Salomão, nos Jardins Suspensos de Nabucodonosor, no embalsamento de corpos, em archotes e flechas incendiárias.

Ao contrário do que imagina o senso comum, o petróleo raramente se encontra acessível próximo à superfície, jorrando de forma espontânea e abundante. Aprisionado em rochas porosas, a extração deste óleo precisa ser feita por equipamentos que perfurem as camadas rochosas e exerçam a pressão necessária para que o óleo venha até a superfície - quase sempre misturado com sedimentos e gás. Quando a rocha reservatório não possui boa permeabilidade, pode ser necessário fraturá-la para então recuperar o óleo. Existem casos em que, mesmo comprovada a presença de petróleo, não é vantajoso comercialmente ou tecnicamente viável extraí-lo.

Foi em 1859 que o “Coronel” Edwin Laurentine Drake descobre o primeiro poço produtor de petróleo do mundo, com 21 metros de profundidade, na Pensilvânia, EUA. A partir daí começa a corrida atrás do ouro negro, atijando cada vez mais a cobiça humana. Dessa maneira, a busca econômica pelo petróleo tem seu início aproximadamente no século XIX, ao ser utilizado como fonte de energia, substituindo o gás proveniente da destilação do carvão vegetal, para a iluminação pública. Esta função continuou apenas até as décadas de 1870 e 1880, quando Thomas Edison conseguiu sistematizar e desenvolver o conhecimento em energia elétrica, substituindo qualquer outra fonte de iluminação.

Logo, o interesse comercial pelo petróleo reduziu drasticamente, voltando apenas no final do século XIX, principalmente no século XX, a partir da invenção dos motores a gasolina e a diesel. Desde então, o insumo passou a ter justificativas comerciais para ser explorado (Debeir, 1993). Este novo emprego do petróleo fez surgir, além de uma das mais ricas indústrias do planeta, uma nova e importante metodologia de crescimento, o uso da ciência nas atividades fabris.

A primazia do petróleo resulta, em primeiro lugar, da inexistência de qualquer produto capaz de substituí-lo de modo eficaz. A energia nuclear, que começou a ser utilizada para fins pacíficos na década de 1950, alcançou resultados limitados – sua expansão foi interrompida diante dos problemas de impacto ambiental, dada a dificuldade em se encontrar um destino satisfatório para os resíduos radiativos, e dos riscos de segurança estratégica envolvidos na difusão da tecnologia nuclear em escala mundial. Outra vantagem decisiva do petróleo em relação às demais fontes de energia é o custo. Uma vez concluído o investimento necessário à descoberta da reserva a ser explorada e à instalação dos equipamentos necessários, a extração é feita com um gasto reduzido em comparação com as demais fontes de energia de origem mineral.

O país que liderou o processo de aprendizagem científica na indústria do petróleo foi os EUA (Freeman e Soete, 1997). Muitos dos fundamentos científicos globais necessários para o uso e exploração do petróleo, decorreram dos esforços dos cientistas atuantes neste país. Portanto, nem todo este avanço foi suficiente para viabilizar a produção de petróleo no Brasil. Isto porque, o Brasil iria descobrir anos mais tarde, no final da década de 1960, que a maior parte das reservas petrolíferas estaria localizada no mar, e não em terra, como era comum nos demais países. Em função desta realidade, os EUA desenvolveram um desempenho

tecnológico, acerca da extração do mineral, quase que totalmente para bacias territoriais, a chamada tecnologia onshore ou in land.

A indústria offshore⁵ mundial lançou suas raízes em meados dos anos 1930 e 1950 na Venezuela e Golfo do México, respectivamente. A partir de então, a exploração começou a se expandir para o Mar do Norte e formou o primeiro impulso para expansão de empresas neste ramo, entre elas a Shell, Exxon, Texaco e AGIP (Furtado, 1996).

Há cerca de 200 variedades de petróleo no mundo, que diferem pela qualidade, e geram volumes diversos de derivados no processo de refino. Os petróleos leves rendem maior volume de derivados leves, como a gasolina, o que amplia a renda dos países que os comercializam. Nos últimos anos, a busca por novas jazidas tem resultado em crescimento no volume mundial de petróleos pesados, com menor rendimento em derivados leves. Os tipos de petróleo são: o petróleo pesado, mais utilizado para o refino de óleo combustível e asfalto, sendo este o principal exemplo do petróleo brasileiro; petróleo leve, mais utilizado para nafta, GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) (mais conhecido como gás de cozinha), óleo diesel, gasolina A e gasolina de aviação; Já a mistura entre os óleos pesado e leve ou o óleo “médio” é utilizada para a produção de lubrificantes e querosene iluminante.

A utilização massiva do petróleo e, sendo matéria-prima fundamental à vida moderna, tornou-o em um produto estratégico. A importância dos derivados obtidos através do refino do petróleo e pelo processamento do gás natural pode ser evidenciada nas suas aplicações. Como exemplo, pode-se destacar a utilização do GLP e do gás natural nas residências e a produção dos combustíveis: gasolina, diesel, querosene de aviação e GNV (gás natural veicular).

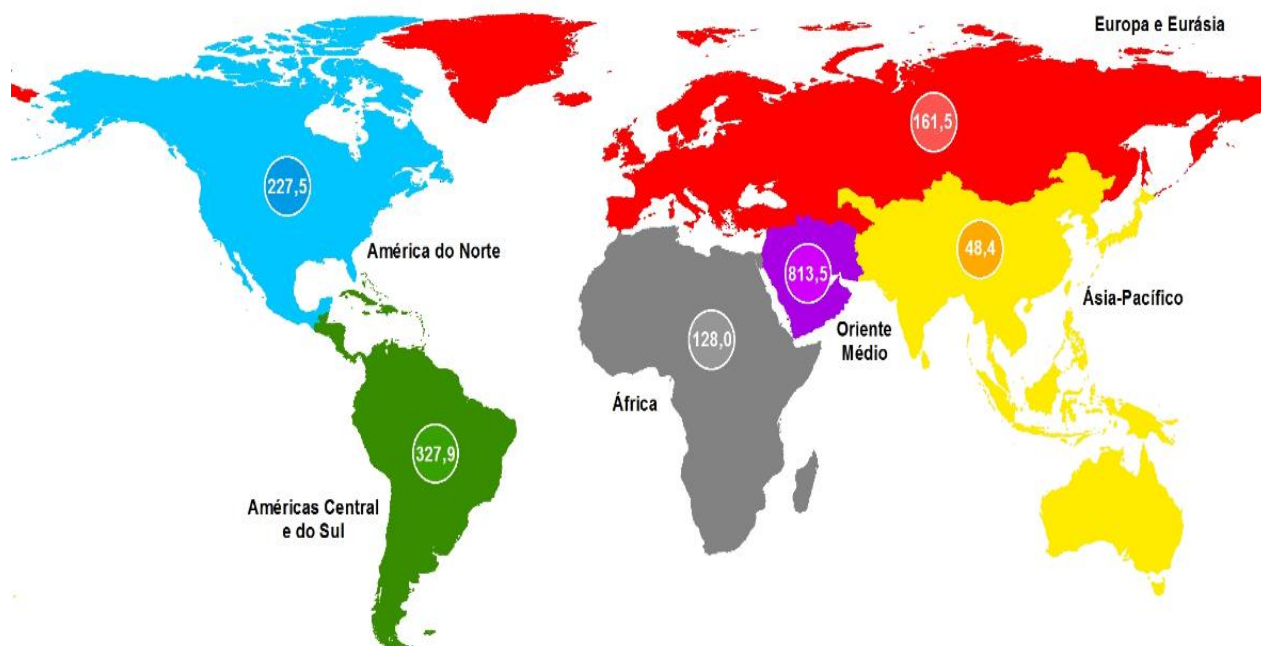
Outras aplicações podem ser verificadas nas indústrias de infraestrutura (produtos asfálticos) e químicas, com o fornecimento de matérias-primas para fabricação de tintas, plásticos, embalagens para alimentos e medicamentos, móveis e eletrodomésticos, borrachas sintéticas, cosméticos, fertilizantes, brinquedos, entre outras.

O cenário mundial é altamente dependente desses derivados, o que influencia o funcionamento das sociedades, impactando em suas economias, meio ambiente e bem estar.

Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), que é o órgão anuente do comércio exterior brasileiro com competência para atuar nas fases administrativas do processo

⁵ Offshore é um termo da língua inglesa e que significa “afastado da costa”, na tradução para o português. Em termos financeiros, é designada por offshore uma empresa que tem a sua contabilidade num país distinto daquele (s) onde exerce a sua atividade.

de importação e de exportação de petróleo, derivados de petróleo e biocombustíveis, demonstra que em 2016, as reservas provadas de petróleo no mundo atingiram a marca de 1,7 trilhão de barris, mantendo-se no mesmo patamar de 2015, com um pequeno crescimento de 0,9%. As reservas dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) cresceram 0,8%, totalizando 1,2 trilhão de barris (71,5% do total mundial); enquanto as dos países que não fazem parte da Opep tiveram acréscimo de 1,1%, somando 486 bilhões de barris. O Oriente Médio, região que concentra a maior parte das reservas mundiais, registrou 1,3% de crescimento em suas reservas de petróleo, que atingiram 813,5 bilhões de barris (47,7% do total mundial). Dentre os países, a Venezuela seguiu como detentora do maior volume de reservas petrolíferas, com 300,9 bilhões de barris (17,6% do total mundial), após ter ultrapassado a Arábia Saudita em 2010. As reservas sauditas mantiveram-se estáveis, totalizando 266,5 bilhões de barris (15,6% do total mundial), o que situou a Arábia Saudita na segunda posição do ranking mundial de reservas provadas de petróleo. O volume de reservas de petróleo variou pouco em relação a 2015. Na América do Norte, manteve-se estável, totalizando 227 bilhões de barris (13,3% do total mundial). Na região que compreende Europa e Eurásia, houve crescimento de 4,3%, somando 161,5 bilhões de barris (9,5% do total mundial). Por sua vez, as reservas da África registraram queda de 0,2%, atingindo 128 bilhões de barris (7,5% do total mundial). E as reservas da região Ásia-Pacífico registraram queda de 0,9%, totalizando 48,4 bilhões de barris (2,8% do total). Por fim, as reservas das Américas Central e do Sul tiveram decréscimo de 0,4%, somando 327,9 bilhões de barris (19,2% do total mundial). O Brasil ficou na 16ª posição no ranking mundial de reservas provadas de petróleo, com um volume de 12,6 bilhões de barris.



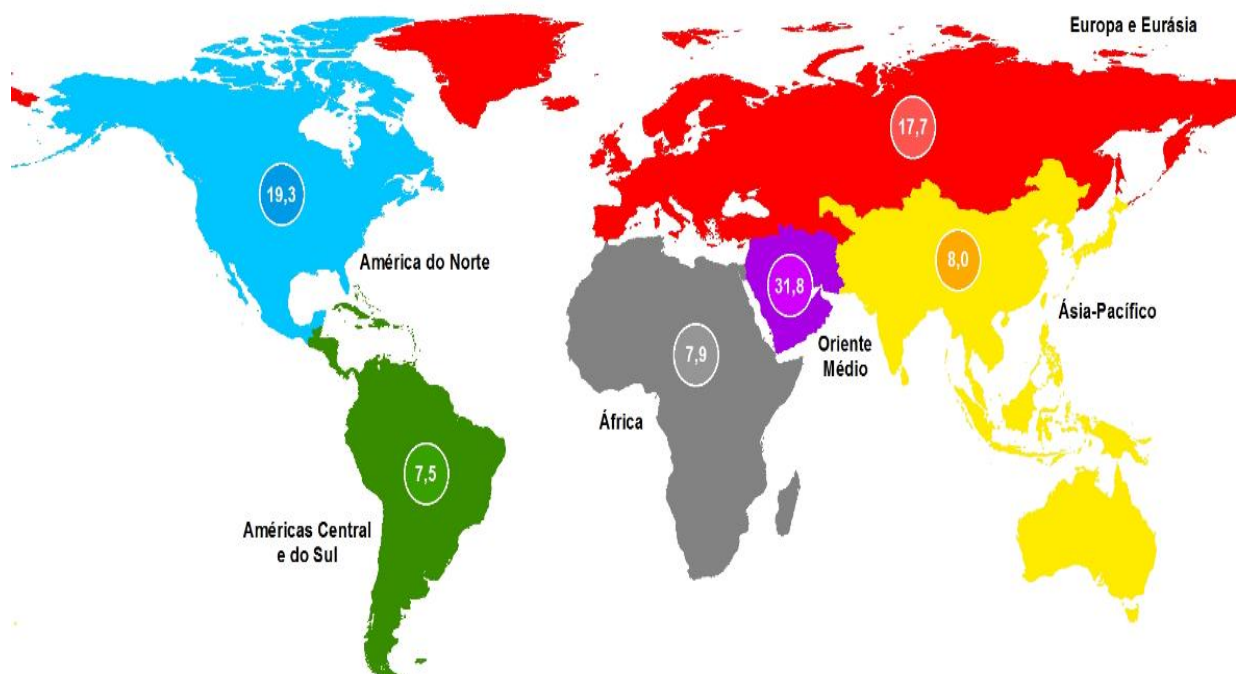
Fontes: BP Statistical Review of World Energy 2017; ANP/SDP.

CARTOGRAMA 1 – Reservas provadas de petróleo de 2016, segundo regiões geográficas, em bilhões de barris.

Diante dessa relação entre as reservas naturais e a indústria mundial, o petróleo se torna a mais importante fonte de energia da gigantesca engrenagem produtiva mundial, tornando-se objeto de poder das nações e ingrediente principal para a geopolítica e geoeconomia (Lins, 2008).

A produção de petróleo produzido no mundo, por sua vez, aumentou em 2016 para 446 mil de barris/dia (0,5%) em relação a 2015, passando de 91,7 milhões de barris/dia para 92,2 milhões de barris/dia. Os países produtores da Opep registraram alta de 3,2%, com um aumento de 1,2 milhão de barris/dia. Já a produção dos países que não fazem parte da Opep registrou queda de 1,5%, equivalente a um decréscimo de 780 mil de barris/dia. Entre os países que fazem parte da Opep que registraram as maiores quedas de produção estão Nigéria (-11,9%) e Venezuela (-8,9%), que foram compensadas pelas altas registradas na produção do Irã (18%), Iraque (10,8%) e Indonésia (4,8%). Enquanto isso, entre os países que não fazem parte da Opep, o Brasil foi o responsável pelo maior crescimento da produção (3,2%), equivalente a 80 mil barris/dia. Outros países que registraram aumento foram Noruega (2,4%) e Omã (2,4%). Os Estados Unidos foram o maior produtor mundial de petróleo com volume médio de 12,4

milhões de barris/dia (13,4% do total mundial). A Arábia Saudita ocupou o segundo lugar no ranking, com produção média de 12,3 milhões de barris/dia (13,4% do total mundial), um acréscimo de 3% ante 2015. Em seguida, vieram Rússia (12,2% do total mundial), Irã (5% do total mundial) e Iraque (4,8% do total mundial). O Brasil se situou na nona posição, após o acréscimo de 3,2% no volume de óleo produzido, totalizando 2,6 milhões de barris/dia (2,8% do total mundial). O Oriente Médio continuou como região de maior produção de petróleo, com um volume médio de 31,8 milhões de barris/dia (34,5% do total mundial), após crescimento de 5,7% em comparação com 2015. A América do Norte veio em seguida, com produção média de 19,3 milhões de barris/dia (20,9% do total mundial), após queda de 2,3%. A região que compreende Europa e Eurásia ocupou do terceiro lugar, com 17,7 milhões de barris/dia (19,2% do total mundial), após acréscimo de 1,4%. Em seguida vieram as Américas Central e do Sul, com queda de 3,7% em sua produção de petróleo, atingindo 7,5 milhões de barris/dia (8,1% do total mundial). A região Ásia-Pacífico registrou queda de 4,3% em sua produção, totalizando 8 milhões de barris/dia (8,7% do total mundial). Por fim, veio a África, com média de produção de 7,9 milhões de barris/dia de petróleo (8,6% do total mundial), após decréscimo de 4,9% em relação ao ano anterior.



Fontes: BP Statistical Review of World Energy 2017; ANP/SDP.

CARTOGRAMA 2 – Produção de petróleo em 2016, segundo regiões geográficas, em milhões de barris por dia.

No mesmo ano, em 2016, o consumo mundial de petróleo totalizou 96,6 milhões de barris/dia, após aumento de 1,6% (1,6 milhão de barris/dia) em comparação a 2015. No ranking de países que mais consumiram petróleo em 2015, os Estados Unidos se mantiveram na primeira posição, com 19,6 milhões de barris/dia (20,3% do total mundial). A China veio em seguida, com consumo médio de 12,4 milhões de barris/dia de petróleo (12,8% do total mundial). Na terceira colocação ficou a Índia, com 4,5 milhões de barris/dia (4,6% do total mundial). O Brasil alcançou o sétimo lugar, com consumo de cerca de 3 milhões de barris/dia (3,1% do total mundial). Dentre as regiões, a posição de maior consumidora de petróleo continuou ocupada pela Ásia-Pacífico, com 33,6 milhões de barris/dia (34,8% do total mundial). O crescimento do consumo nessa região foi de 3,3% (+1,1 milhão barris/dia), sendo mais de um terço do consumo correspondente à China. Em seguida veio a América do Norte, com 23,8 milhões de barris/dia (24,7% do total mundial), cujo consumo cresceu 0,4% em relação a 2015. A região que compreende Europa e Eurásia cresceu 1,9%, com 18,8 milhões de barris/dia (19,5% do total). O Oriente Médio, por sua vez, foi responsável por 9,8% do consumo mundial, com 9,4 milhões de barris/dia, um crescimento de 1,4% em relação a 2015. Os maiores aumentos de consumo de petróleo nessa região foram registrados por Emirados Árabes Unidos (+62 mil barris/dia) e Arábia Saudita (+38 mil barris/dia) e. As Américas Central e do Sul registraram diminuição de seu consumo de petróleo, com queda de 2,3%, totalizando cerca de 7 milhões de barris/dia (7,2% do total mundial). Por último, a África apresentou elevação de 1,8%, totalizando 3,9 milhões de barris/dia no consumo de petróleo (4,1% do total mundial).



Fonte: BP Statistical Review of World Energy 2017.

CARTOGRAMA 3 – Consumo de petróleo em 2016, segundo regiões geográficas, em milhões de barris por dia.

Ainda segundo a ANP, em 2016, o óleo do tipo West Texas Intermediate⁶ (WTI) teve cotação média de US\$ 43,34/barril no mercado spot, registrando queda acentuada de 11% em relação a 2015. Enquanto isso, o petróleo do tipo Brent⁷ teve cotação média de US\$ 43,73/barril, após baixa de 16,5% ante 2015. A diferença de preços entre o Brent e o WTI passou de US\$ 3,68/barril, em 2015, para US\$ 0,39/barril, em 2016. Nos últimos dez anos, a queda média anual do preço do WTI foi de 5,0%, e o do Brent, de 4,9%.

Segundo o sítio do World's Top Exports, as importações de petróleo bruto totalizaram 679.1 bilhões de dólares em 2016, sendo a China quem importou o maior valor em dólares de

⁶ O WTI (West Texas Intermediate) é o petróleo comercializado na Bolsa de Nova York, e se refere ao produto extraído principalmente na região do Golfo do México.

⁷ O petróleo tipo Brent é comercializado na Bolsa Londres, tendo como referência tanto o petróleo extraído no Mar do Norte como no Oriente Médio. Por esse motivo, o Brent é referência de valor para a commodity no mercado europeu e o WTI, no mercado americano.

petróleo bruto, chegando a marca de 116.2 bilhões de dólares e assim totalizando uma participação de 17,3% nas importações. Seguida pelos Estados Unidos com uma participação de 16,1% no valor de 108.1 bilhões US\$. Entre os cinco maiores importadores ainda situam-se a Índia: US\$60.9 bilhões (9.1%), o Japão: US\$50.8 bilhões (7.6%) e a Coreia do Sul: US\$44.2 bilhões (6.6%).

As exportações, por sua vez, são lideradas pela Arábia Saudita, possuindo uma participação de 20,1% do total de petróleo bruto exportado em 2016 com o valor de US\$ 136.2 bilhões. A segunda posição é ocupada pela Rússia, com uma participação de 10,9% e o valor de US\$ 73.7 bilhões. Seguindo entre os 5 maiores exportadores estão: Iraque US\$46.3 bilhões (6.8%), Canadá com US\$39.5 bilhões (5.8%), Emirados Árabes Unidos US\$38.9 bilhões (5.7%).

Através de tais informações, nota-se que a mais problemática fonte de energia tem sido o petróleo, devido ao seu caráter estratégico e à sua distribuição geográfica. Relacionando o petróleo aos principais eventos mundiais, nos últimos 150 anos, teremos um percurso de guerras, ganância, riqueza e poder.

3. A GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO

Contemporaneamente, vários autores têm assinalado que a perspectiva política deveria ser o eixo de investigação geográfica e do seu campo científico. Yves Lacoste (1977 e 2003), Claude Raffestin (1980) e Bertha Becker (1988), são alguns exemplos dessa posição. De forma diferenciada, esses intelectuais defenderam o conhecimento geográfico como estratégico, não se limitando aos estados nacionais. Até finais da década de 1970 a geopolítica era reconhecida como atividade orquestrada por governos reacionários, tiranos e associada ao conteúdo ideológico nazista e aos seus instrumentos expansionistas, ou seja, às táticas militares, às estratégias e à logística do estado nacional alemão, dessa maneira a geopolítica desapareceu do meio acadêmico mundial ficando restrita, do final da Segunda Guerra Mundial à década de 70, aos aparelhos de Estado, às Forças Armadas.

Os autores mencionados trabalharam para a reabilitação do termo ao desenvolver e atualizaram um suporte teórico e conceitual em que outras escalas de poder, além da nacional, passassem a ser valorizadas, assim como seus suportes materiais e suas ações de controle, ou seja, os territórios e as territorialidades.

Na atualidade, pensar geopoliticamente significa incorporar atores, instituições e escalas territoriais diversas, que no trabalho em tela envolve dimensões além das fronteiras físicas nacionais, e como o petróleo é um recurso natural de extraordinário valor estratégico para países e regiões que os controlam e, provavelmente, continuará sendo pelo menos nas próximas décadas, apesar da crise ambiental e da pressão mundial por energias limpas. Segundo Igor Fuser (2005, pag. 32):

“O petróleo, principal fonte de energia da economia moderna, manterá sua importância nas próximas décadas, segundo todas as previsões, e sua posse poderá se tornar um fator de disputa política na medida em que o crescimento da demanda – principalmente nos países em desenvolvimento e nas potências emergentes, como a China – exercer pressão sobre as reservas. Grande parte dos especialistas acredita que a produção mundial de petróleo está perto de atingir o seu ponto máximo, a partir do qual iniciará um lento declínio. Essa previsão, caso se confirme, ressaltará ainda mais o papel estratégico do Golfo Pérsico, onde se situam mais de dois terços das reservas.”

O conceito de geopolítica relacionado ao tema do petróleo, de acordo com Carmen Alveal (2003), nada mais é do que o objetivo das nações de controlar tanto seus meios de produção quanto dos outros países, no intuito de agregar poder e riqueza. Assim, o petróleo, grande fonte

geradora de riqueza, tornou-se o centro das disputas entre países consumidores e detentores das jazidas petrolíferas.

Dizer que o petróleo é um elemento de influência nas relações geopolíticas contemporâneas é repetir o óbvio. Desde que ele se tornou a matriz energética básica da sociedade industrial e o elemento fundamental para o funcionamento da economia moderna (BERTONHA, 2005, p.1).

“A Primeira Grande Guerra deixara absolutamente claro que o petróleo se tornara um elemento essencial da estratégia das nações; e os políticos e burocratas, de quem não se pode dizer que até então estivessem ausentes, agora se arremessavam ao centro da luta, atraídos para a competição por uma percepção comum – a de que o mundo do pós-guerra requereria uma quantidade cada vez maior de petróleo para a prosperidade econômica e o poderio nacional”. (Daniel Yergin *Apud* FUSER, 2005, p.90)

Pelo modo que as jazidas estão distribuídas pelo mundo, de uma maneira não igualitária entre os países, inclusive concentradas naqueles ditos “atrasados”, países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, e também por ser o seu consumo fator de desenvolvimento e predomínio econômico, político e militar de algumas nações, o petróleo tornou-se objeto de cobiça de um grande comércio internacional. Tal fato ultrapassa fronteiras para o investimento de capitais e vem influenciando as decisões governamentais, que chegam inclusive, quando existe resistência por parte deles (do governo), a produzir golpes, problemas de governabilidade e a invadir fronteiras.

Nesta “cultura de consumo de energia,” singular na história da humanidade, a saúde, bem-estar, prosperidade e perspectivas de bilhões de pessoas – sua segurança e a das suas nações – estão diretamente influenciadas pelo preço e disponibilidade do petróleo. O petróleo tornou-se a mercadoria estratégica mais importante de todos os tempos. Numa economia globalizada, aglutina todas as economias e povos mundiais numa matriz compartilhada. Essa matriz, porém, está sob crescente tensão. A servidão do mundo ao petróleo cria ameaças que embasam argumentos fortes para o fim do atual regime energético (PRUGH; FLAVIN; SAWIN, 2005 p. 117).

O petróleo tornou-se uma ameaça global, em primeiro lugar pelo fato de ser um recurso finito e não renovável, e até o presente momento não ter um substituto definitivo. A quantidade ofertada desse recurso energético está cada vez mais distante daquela demandada. Segundo KLARE (2000, p. 403-407), a competição e o conflito em torno do acesso às principais fontes de materiais valiosos e/ou essenciais – água, terra, ouro, pedras preciosas, especiarias, madeira, combustíveis fósseis e minerais de uso industrial – acompanha a trajetória da humanidade desde os tempos pré- históricos.

Vieira de Barros (2007) também observa que a geopolítica e a economia caminham lado a lado no quesito da disputa por recursos energéticos naturais estratégicos e, ao mesmo tempo, escassos. E essa disputa torna-se ainda mais violenta quando gira em torno do controle de fontes energéticas, indispensáveis ao funcionamento da sociedade moderna, em particular nas grandes potências.

Num cenário de tendência ao crescimento constante da demanda, com a impossibilidade de incrementos substanciais no lado da oferta, fica evidente que, para manter um fluxo estável no volume necessário ao atendimento da demanda, não será suficiente os arranjos feitos via mercado, através da simples sinalização de preços. O petróleo passa a figurar, como em nenhum outro momento da história, não mais como uma commodity, mas sim como um elemento estratégico para a segurança nacional de vários países (MARTINS, 2007 p. 3).

Michal Klare (2000) aponta que a influência dos recursos no cenário internacional dependerá dos padrões de evolução do consumo humano, dessa maneira, o consumo de certos recursos está se expandindo mais depressa do que a capacidade da terra em fornecê-los, e dessa maneira deverá elevar seus preços a patamares inatingíveis por grande parte da humanidade e, em alguns casos, provocar discórdia entre os Estados interessados em garantir o seu acesso a custos aceitáveis. Quanto mais intensa a pressão sobre a base dos recursos mundiais existentes, maior o risco de um grande trauma.

Através da dependência da economia global em relação ao petróleo nota-se uma grande vulnerabilidade, uma vez que o aumento constante do preço desse recurso ocasiona recessão e inflação, com grandes impactos na renda da população e do emprego. Tal dependência deixa tanto países exportadores quanto importadores dependentes desta relação, pois um não pode ficar sem o outro. Ou seja: “Nações importadoras e exportadoras – mantêm o mesmo tipo de relacionamento que viciados e traficantes: nenhum pode facilmente prescindir do outro” (PRUGH; FLAVIN; SAWIN, 2005 p.118).

A importância do petróleo é inegável, como Fuser faz questão de descrever, “nenhum outro produto tem importância tão decisiva para o funcionamento da economia mundial – uma simples variação no seu preço pode representar o início de uma fase de crescimento ou, ao contrário, lançar o mundo na recessão”. (FUSER, 2008, pag 36).

A obrigação de se obter energia para alargar o maquinário de guerra e de bens materiais tornou-se ainda mais evidente durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), tornando claras a necessidade e importância de se controlar fontes de energia, principalmente por parte das

potências do chamado primeiro mundo, no intuito de manter ou ascender a posições privilegiadas na esfera internacional. Todavia, as principais jazidas encontram-se exatamente no território dos países considerados “atrasados” o que, mais tarde, foi constatado pelos demais, fato este transformado em um jogo de políticas externas nos países subdesenvolvidos (MIJARES, 2003).

De acordo com Carmen Alveal (2003), o petróleo foi o responsável pelo destino dos países vencedores e perdedores durante as duas grandes guerras mundiais, promovendo a descolonização e a industrialização das nações. Foi durante a Segunda Guerra Mundial que os Estados Unidos da América passaram a se envolver mais abertamente nas questões da região do Oriente Médio, exatamente quando a importância das reservas petrolíferas dessa região tornou-se ainda mais evidente. De acordo com Lins, o papel do petróleo ficou evidente durante a guerra árabe-israelense. “Numa palavra, energia, guerra e geopolítica haviam se tornado temas profundamente interligados” (LINS, 2006 p. 11).

Para Evandro Vieira de Barros (2007), a geopolítica do petróleo trouxe nova configuração internacional, pois a importância geopolítica do petróleo se expressa de várias maneiras, e o acesso às fontes de petróleo internacionais constitui uma questão fundamentalmente geopolítica. A localização desse recurso natural envolve dois atores: o Estado, que detém o petróleo em seu território; e o Estado carente de energia, que necessita desta para assegurar a competitividade de sua economia.

O petróleo passou a ser considerado a fonte germinadora do desenvolvimento econômico, do progresso social e fonte de divisas, inter-relacionado ao esquema de segurança nacional, imprescindível em cada país. Por isso, na atual conjuntura analisada, todos os governos nacionais passaram a tratar os assuntos de petróleo com o espírito eminentemente nacionalista, procurando assegurar sobre o mesmo o maior controle possível (MARINHO JR., 1970).

a análise da indústria do petróleo, numa perspectiva conjuntural, demonstra o quanto é vital para a emancipação de um povo, o quanto é essencial para o crescimento econômico de uma nação e, sobretudo, o quanto é imprescindível para o sistema de segurança nacional de um país, nos dias de hoje, o desenvolvimento programado da indústria petrolífera. Chega-se à conclusão de que o petróleo [...] é o impulsionador do progresso e do bem-estar, representando o poder político, econômico e militar. Daí a preocupação dos governos contemporâneos em equacionar a problemática do petróleo dentro de um regime de maior controle governamental ou de maior incidência do intervencionismo do Estado (MARINHO JR., 1970, p.49-50).

Não é possível pensar no petróleo apenas como um produto comercial. Também não cabe apenas aos campos econômicos e financeiros a tarefa de analisá-lo. Dessa forma, a abordagem geopolítica tenta explicar a larga faixa de preocupações que afligem as sociedades em sua busca de um suprimento petrolífero.

Nesse sentido, vemos que ao longo do último século, o petróleo foi pivô de disputas pesadas, como a montagem e derrubada de governos, guerras fratricidas, invasões de países e regiões, formação de conglomerados econômicos com poder quase ilimitado, constituição de cartéis e alianças entre países, articulações diplomáticas, intrigas, traições, impactos ambientais, etc.. E sua importância está longe de ser minimizada.

3.1 A importância da OPEP e OPAEP

A análise das redes globais do setor petrolífero permite reconhecer um cenário que apresenta de um lado, países e regiões produtoras, e do outro, países e regiões consumidoras. No entanto, impulsionados por avanços técnicos que possibilitam a exploração e produção de petróleo de fontes não convencionais, novos atores começam a desenhar uma nova geografia do petróleo no mundo.

Do início do Século XX até 1973, o petróleo era explorado por multinacionais dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, através do Cartel das Sete Irmãs⁸ e assim, a maior parcela dos lucros ia para o exterior. Das sete empresas, cinco eram estadunidenses, uma totalmente britânica e a outra de capital anglo holandês. Elas sempre procuraram evitar aprovar grandes aumentos nos preços do produto, chegando a irritar profundamente os países produtores e exportadores de petróleo do Oriente Médio, principal região petrolífera mundial. Isso desencadeou um processo de nacionalização das firmas petrolíferas presentes no Oriente Médio, expulsando algumas multinacionais dos países. De certa maneira, atuaram como um cartel de empresas que foi combatido por um cartel de países através do surgimento da OPEP.

⁸ Cartel das “Sete Irmãs”: é a denominação que se dá para as 7 (sete) grandes empresas petrolíferas que dominaram o mercado internacional e a exploração petrolífera no Oriente Médio, até a criação da OPEP. As empresas eram: Exxon (Standard Oil of New Jersey), Royal Dutch-Shell, Gulf Oil Company, Texaco, Mobil, British Petroleum e Standard Oil of California.

Em 14 de Setembro de 1960, representantes dos maiores exportadores de petróleo se encontraram em Bagdá e formaram a OPEP, com a finalidade de enfrentar as companhias internacionais de petróleo, em que posteriormente se juntaram a organização o Qatar (1961), Indonésia (1962), Emirados Árabes Unidos e Bahrein (1967), Argélia (1969), Nigéria (1971) e Gabão (1975). Os principais objetivos da OPEP, no momento da sua fundação, refletiam, na sua essência, uma atitude defensiva dos países-membro em relação à política de preços imposta pelas companhias internacionais.

Seus objetivos consistiam em: i) coordenar e unificar as políticas petrolíferas, para salvaguardar os interesses dos países-membro, individuais ou coletivos; ii) criar e desenvolver meios para garantir a estabilização dos preços do petróleo, nos mercados internacionais, evitando flutuações; iii) assegurar receitas estáveis aos países produtores, assim como suprimentos eficientes, econômicos e regulares, para os países consumidores; e iv) garantir um justo retorno ao capital investido na indústria petrolífera.

Yergin (2012) observa que a criação da OPEP representou o primeiro ato coletivo de afirmação da soberania, por parte dos exportadores de petróleo, e o primeiro momento decisivo nas relações econômicas internacionais em direção ao controle dos Estados sobre os recursos naturais.

Apesar da descoberta de novos campos e do crescimento da produção mundial extra OPEP, a participação dos países membros da OPEP, nas reservas de petróleo, é muito acentuada, evoluindo de um patamar entre 66 e 67% entre 1970 e 1985 para um valor entre 76 e 77% no período entre 1990 e 1997. Embora tenha ocorrido uma forte reavaliação das reservas dos países membros da OPEP nos anos 80, tal concentração mundial tem demonstrado ser um fator chave de poder e controle sobre preços e produção presentes e futuros.

Verifica-se que, desde a sua criação, em 1960, a OPEP já possuía uma parcela significativa da produção mundial de petróleo. Em 1960 ela já era de 41,45% do total, aumentando para 50,77%, em 1970, quando a organização detinha mais da metade da produção mundial diária.

Em 1973, ano do primeiro choque do petróleo, a OPEP detinha 55% da produção mundial e por isso as suas políticas foram decisivas para a elevação do preço do barril, o que levou os países industrializados a uma profunda crise e recessão econômica.

Já em 1980, ano posterior ao segundo choque do petróleo, a OPEP detinha menos da metade do mercado, 44,65%. Isso se deveu principalmente às descobertas de novas jazidas extra-OPEP, principalmente no Mar do Norte, e ao aumento da produção em países como o México, os Estados Unidos e a ex-União Soviética.

A produção no Mar do Norte (Grã-Bretanha), que se iniciou em 1974, já era o equivalente a 2,72% em 1980, e chegou ao seu pico em 1986, onde foi de 4,52% do total. Em 1999, a sua participação na produção foi de 4,1%. Já produção nos Estados Unidos, que em 1960 era mais de 33% do total, se reduziu a apenas 16,54%, em 1973, e a 14,43% em 1980. Essa tendência se acentuou: em 1999 a sua produção foi de somente 9,03% do total.

Por sua vez, produção soviética é a mais significativa frente à produção total da OPEP. Em 1960, era de 13,86% do total, em 1973 de 14,94% e em 1980 de 19,65%. Em 1986, quando o mercado era comprador, a produção soviética equivalia a 21,16% do total. Entretanto, em função da crise que a região sofreu durante toda a década de 90, a sua produção entrou em queda e, em 1999, o nível produzido foi de apenas 9,24% do total.

A produção da OPEP, que cresceu desde 1960 até o choque de 1973, onde ela começou a declinar, chegando em 1980 à parcela de 44,65% do total, teve o seu pior desempenho na década de 80, quando ela chegou a responder por apenas 32,51% da produção, em 1986. Desde 1990, com a descoberta de novas jazidas, a OPEP vem novamente recuperando a sua participação. Em 1990 chegou a 38,30%, passando em 1999 a 42,1% do total.

Esses números refletem o futuro aumento e participação da OPEP na produção mundial e, portanto, o aumento do seu poder de influenciar a dinâmica do mercado petrolífero. A força da OPEP provinha, em grande parte, da capacidade de se manter coerente com seu propósito original – forjar uma aliança entre governos soberanos com o objetivo de maximizar o retorno monetário da exploração dos seus recursos petrolíferos. A evolução dos preços médios do barril de petróleo ao final de cada ano atesta o sucesso dessa estratégia: em 1969, US\$ 1,27; em 1970, US\$ 2,01; em 1971, US\$ 2,18, e em 1972, US\$ 2,48. Em junho de 1973, quatro meses antes do “choque do petróleo”, esse valor já estava em US\$ 2,90 – um aumento de 128% em três anos e meio.

Sediada na Cidade do Kuwait, a Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP) foi fundada em 1968 pela Arábia Saudita, o Kuwait e a Líbia, e até 1973 já contava com 10 membros, quando se juntaram aos fundadores originais em 1970 a Argélia, o Bahrain, o Catar e os Emirados Árabes Unidos (EAU); o Iraque e a Síria em 1972; e o Egito em 1973.

Em 1982 a Tunísia também se afiliou a OPAEP, mas por motivação política decidiu se desligar da organização quatro anos após seu ingresso. Vale destacar que sete dos dez membros da OPAEP, com exceção do Bahrain, do Egito e da Síria, também fazem parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que foi criada oito anos antes da entidade árabe.

A entidade foi criada com o intuito de estabelecer diretrizes de cooperação regional e intragovernamental entre os seus membros, buscando políticas comuns para o melhor desenvolvimento da indústria petrolífera dos seus Estados-membros. A instituição da OPAEP, na época, foi a concretização de uma política pan-árabe para coordenação do petróleo dos países da região, pois tais Estados buscavam estabelecer diretrizes independentes das empresas estrangeiras que atuavam na região.

Dois aspectos principais destacam a importância desta organização no contexto da geopolítica mundial de energia: o comercial e o geográfico. Do ponto de vista comercial, quando se trata do mercado de petróleo a relevância da entidade árabe é refletida pelos números. No ano de 2015 os países da OPAEP compartilhavam pouco mais de 56% das reservas internacionais comprovadas desse recurso e eram responsáveis por 29% da produção mundial e 68% de todas as exportações ao redor do globo.

Do ponto de vista geográfico, a OPAEP se encontra em uma importante posição estratégica ocupando espaços desde o Norte da África até o Sudoeste asiático, desde o Mar Mediterrâneo até o Golfo Pérsico. No contexto da geopolítica do petróleo, tal espaço geográfico conferiu aos Estados árabes uma posição central de produção e, principalmente, de distribuição de petróleo para o Ocidente e para o Oriente. Neste contexto, é possível dividir os Estados da OPAEP em três sub-regiões: O Norte da África (Argélia, Egito e Líbia); o coração do Oriente Médio (Iraque e Síria); e a Península Arábica (Arábia Saudita, Bahrain, EAU, Kuwait e Catar), que é a sub-região com maior estabilidade da organização.

Vemos então que as análises geográfica e geopolítica do petróleo sempre estiveram ligadas e influenciadas de forma decisiva, pelo ambiente político e econômico do Oriente Médio, do norte da África, e dos países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). A histórica centralidade destas regiões e da OPEP nas questões ligadas ao petróleo é inegável (YERGIN, 2012).

4. CONFLITOS ENVOLVENDO PETRÓLEO

O desejo de tomar controle dos recursos petrolíferos de outros países sempre leva a derramamento de sangue, destruição e desestabilização de situação na região em que acontece. O primeiro vínculo entre o petróleo e a capacidade militar aconteceu durante a Primeira Guerra Mundial, através da frota britânica que trocou seus navios movidos a carvão, para o petróleo. A mudança de combustível tornou os navios muito mais fortes, permitindo superar os alemães, que até então não tinham aderido ao novo combustível.

A disputa geopolítica hoje estabelecida no mundo e o conseqüente ritmo de suas atividades econômicas determinam de forma mais nítida que o domínio sobre as fontes de petróleo é parte central das agendas de segurança econômica e nacionais, e como tal, deve ser conduzida como política de Estado, deixando de tratar o petróleo como mera commodity.

4.1 A Guerra Irã-Iraque de 1980 a 1988

Esse conflito também foi chamado de “Guerra do Golfo”, mas o presente trabalho adota a denominação de “Guerra Irã-Iraque”, usada pela maioria dos autores para evitar confusão com a guerra travada em 1990-91 entre o Iraque e uma aliança liderada pelos EUA, que será exposta a seguir.

O conflito conhecido como Guerra Irã-Iraque aconteceu entre os anos de 1980 e 1988. Sob uma perspectiva histórica, as rivalidades que culminaram na Guerra Irã-Iraque estão atreladas a uma das etapas do antigo conflito árabe-persa pelo controle das terras férteis da Planície da Mesopotâmia. Com duração de oito anos, foi uma das guerras mais terríveis desde a Segunda Guerra Mundial, com mais de um milhão de pessoas foram mortas.

Fato é que, no ano de 1979, o Irã atravessou uma enorme transformação política conhecida como Revolução Islâmica, quando organizações religiosas associadas a partidos esquerdistas contaram com o apoio popular para derrubar o regime pró-Occidente. Para a surpresa do Occidente, o novo governo que dominou o governo do Irã não provinha das elites iranianas nem mesmo dos movimentos esquerdistas que foram fortemente reprimidos pelo

Xá, mas tinha origem num movimento conservador islâmico. A Revolução Iraniana de 1979 foi um “divisor de águas” na política externa do Irã e na sua posição como potência regional.

Pode-se afirmar que o processo revolucionário que nasceu no Irã é consequência de um governo que atendia, de maneira prioritária, aos interesses estrangeiros, comprometendo a soberania do seu país e o bem-estar do povo. O Irã mantinha fortes relações com os EUA, através de negócios com o petróleo regional e da compra de armamentos pesados, chegou a ser responsável por 25% do PIB iraniano. O alinhamento com os Estados Unidos fazia do país uma base militar norte-americana, destinada à exploração, principalmente, energética, por parte de Estados ocidentais.

A Revolução de 1979 é essencial para que se possa discorrer sobre a configuração de poder que vai se situar na região a partir daquele momento. Possuindo um modelo político atípico, uma Teocracia que combinava políticas democráticas e autoritárias, e com a consolidação do xiismo como a “força motriz” daquele Estado, o Irã passa a ser um dos grandes inimigos do Ocidente. Dessa maneira as potências ocidentais articularam políticas de contenção, visto que almejavam “insular” os valores da Revolução Islâmica, mantendo práticas de dominação, através dos seus aliados da região, buscando barrar uma onda de islamização no Oriente Médio.

Tanto o Iraque quanto o Irã possuíam sociedades que contavam com os ganhos de uma década de crescimento econômico pautado na produção de petróleo, além de grande poder militar, apresentando enorme potencial para o crescimento econômico e social. O presidente iraquiano Saddam Hussein, mesmo tendo realizado progressos significativos no desenvolvimento de um Estado iraquiano, acreditava que a nova liderança do Irã revolucionário xiita ameaçava o equilíbrio do Iraque e seu governo sunita, explorando as vulnerabilidades geoestratégicas do Iraque, como por exemplo suas limitações de acesso mínimo ao Golfo Pérsico.

Em 1980, o Iraque, exigindo a revisão do acordo para a demarcação de fronteira ao longo do canal Shatt-al-Arab, a reapropriação de três ilhas no Estreito de Ormuz (tomadas pelo Irã em 1971) e a concessão de autonomia às minorias sunitas iranianas, invadiu a parte ocidental do Irã.

Segundo Igor Fuser (2005, p. 205)

No dia 22 de setembro de 1980, as tropas do Iraque invadiram o Irã, por terra e por ar, sem aviso prévio, iniciando a mais longa guerra convencional do século XX. O ataque ocorreu no final do mandato de Carter, num período de grande tensão entre os EUA e o Irã devido à crise dos reféns em Teerã. As evidências permitem concluir que o governo norte-americano agiu sigilosamente para encorajar o Iraque – país com o qual os EUA estavam com as relações diplomáticas rompidas desde 1967 – a invadir o Irã depois da derrubada do xá, em 1979.

O povo iraniano, no fervor patriótico, reorganizou suas tropas, e conseguiu grandes avanços durante 1981 à primavera de 1982, impondo um recuo das tropas iraquianas. Em junho de 1982 Saddam declarou um cessar fogo, alegando ter conquistados seus objetivos. (KEEGAN, 2005, p.82-83). O Irã, já resistindo à invasão do Iraque, negou a proposta de cessar-fogo de Saddam.

No mesmo ano, o envolvimento e apoio dos EUA ao Iraque passam a aumentar.

Em fevereiro de 1982, o Departamento de Estado retirou o Iraque da sua lista dos países supostamente envolvidos com o terrorismo, na qual tinha sido incluído devido ao apoio a algumas organizações palestinas. Esse fato habilitou o Iraque a receber créditos comerciais patrocinados pelo governo dos EUA e a importar tecnologia norte-americana de “duplo uso”, ou seja, utilizável tanto para fins civis quanto militares. (...) Os serviços secretos dos EUA começaram também a fornecer ao governo de Saddam Hussein fotos de deslocamentos de tropas iranianas, feitas por satélites-espiões. (FUSER, 2005, p. 208-209)

A partir de 1982, a situação do Iraque na guerra se tornou difícil, uma vez que obtinha consecutivas perdas no campo de batalha e mesmo com a falta de planejamento e de logística de guerra do Irã, o Iraque perdia em número e superioridade no poder de fogo.

Dessa forma o Iraque começou a utilizar uma política de defesa estática de "se manter a qualquer custo" no conflito, através do uso de armas de destruição em massa contra a ofensiva iraniana. Apesar do uso de armas químicas pelo Iraque ter sido confirmado pela ONU, não houve, estranhamente, nenhuma resolução do Conselho de Segurança que retaliasse o Iraque e o impedisse de continuar utilizando armas de destruição em massa. Os EUA não apresentaram um comportamento diferente dos demais membros do Conselho de Segurança da ONU.

A partir de 1982, o Irã intensificou seus ataques no sul do Iraque, buscando impedir o acesso do Iraque ao Golfo Pérsico. Depois de conquistar a maior parte da base naval iraquiana, o Irã ameaçou tomar toda a costa do Iraque. Porém, em abril de 1986 uma ofensiva iraquiana

retomou completamente a Península do Fao, no sul iraquiano, e fez os iranianos retornarem às posições anteriores a 1986. Esta foi a primeira ofensiva iraquiana desde 1982, quando o Irã conseguiu penetrar no território iraquiano.

De acordo com Fuser (2005, p. 213) “no início de 1987, a administração Reagan decidiu que, finalmente, era hora de tomar partido a favor dos iraquianos, de um modo inequívoco, se os EUA quisessem ter alguma chance de influir na resolução do conflito e ocupar um lugar no tabuleiro estratégico do pós-guerra”.

Finalmente, em julho de 1988 o Irã aceitou a Resolução 598 do Conselho de Segurança das Nações Unidas que previa o fim do conflito entre as partes beligerantes, através da execução de um plano de paz em dez pontos. O fim da guerra manteve as fronteiras internacionais sem nenhuma mudança.

Depois do golpe infringido pela Revolução Iraniana à estratégia americana para a região do Golfo, o início da Guerra Irã-Iraque foi mais um fator complicador para os EUA. Dentro de um contexto de Guerra Fria, a guerra entre duas potências regionais do Golfo Pérsico traria nefastas conseqüências ao abastecimento do petróleo mundial e demandariam assim uma maior atenção dos EUA.

Pelo posicionamento que passou a ter, o Irã solidificou-se como o maior opositor dos Estados Unidos no Oriente Médio (até a Guerra do Golfo de 1990), o país conseguiu se estabilizar política e economicamente, e manter o controle de recursos que são fundamentais, como o gás natural e o petróleo – em seu território estão 10% das reservas mundiais e 40 campos de exploração.

Na Guerra Irã-Iraque, a estratégia americana procurou um resultado ‘menos pior’ para os interesses americanos, uma vez que nenhum dos Estados beligerantes era um aliado. A opção americana de neutralidade nos primeiros anos do conflito era justificada pelo medo de uma intervenção soviética numa zona tão sensível. Para evitar uma vitória do Irã de Aiatolá Khomeini, os EUA passaram a apoiar o Iraque na guerra. O envio de armamentos europeu e soviético garantiu uma superioridade qualitativa das tropas iraquianas durante a guerra, porém, a superioridade quantitativa do efetivo militar iraniano não foi facilmente superada.

O conflito que assolou os anos 1980 foi, nitidamente, uma disputa que viria a definir, também, qual dos dois países em questão passaria a exercer o papel de potência regional, tendo esse, portanto, maior capacidade de influência em virtude de poderios políticos e econômicos.

O resultado da Guerra Irã-Iraque foi desastroso para ambos os Estados beligerantes. O Iraque, porém, tinha aumentado seu potencial bélico através do envio de armamentos internacionais e desenvolvido seu projeto de armas de destruição em massa. A invasão iraquiana ao Kuwait em agosto de 1990, apenas dois anos após o fim da Guerra Irã-Iraque, determinou outra mudança na política externa americana. O Iraque, aliado americano na Guerra Irã-Iraque, era agora o mais novo inimigo do interesse nacional vital dos EUA.

4.2 A Guerra do Golfo de 1991

A Guerra do Golfo, de 1991, foi um divisor de águas importante na História contemporânea. Do ponto de vista das relações internacionais, tal guerra inaugura o chamado período pós-Guerra Fria. Os Estados Unidos, superpotência solitária, tornaram-se os grandes fiadores do que então se chamou de uma nova ordem mundial.

Os Estados Unidos e o Iraque mantiveram durante o tempo anterior à deflagração da guerra um controle voraz e bastante racional sobre os seus movimentos no jogo geopolítico. Ambos os lados envolvidos tinham se envolvido demais e não podiam ceder ao inimigo. Se os Estados Unidos cedesse, permitindo algum ganho para Bagdá, perderia prestígio e credibilidade mundial e fortaleceria o Iraque. Caso esse último recuasse, significaria o fim do poder de Saddam Hussein, jogando no lixo suas pretensões de liderança regional.

A Guerra do Golfo foi um dos maiores conflitos militares convencionais da última metade do século XX. Envolveu mais de trinta países e toda a panóplia de equipamento militar convencional moderno existente. No pequeno teatro de operações – a fronteira desértica do Kuwait com a Arábia Saudita, o território do país ocupado (Kuwait) e parte do sul do Iraque – concentraram-se mais de um milhão de combatentes.

A invasão do Kuwait pelo Iraque está estreitamente associada ao petróleo. Em 1980, quando iniciou a guerra contra o Irã, o Iraque era um dos mais ricos dos chamados “países em desenvolvimento”, com US\$ 36 bilhões em reservas. Ao final do conflito, o Iraque tinha uma

dívida de US\$ 80 bilhões, das quais US\$ 37 bilhões com as monarquias petroleiras da região, principalmente o Kuwait, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos.

O motivo foi o baixo preço do petróleo no mercado mundial no início da década de 90, além da dívida externa de US\$ 80 bilhões. Foi então que Saddam Hussein bombardeou os poços de petróleo kuaitianos, acusando o país de causar baixa no preço do petróleo, vendendo mais que a cota estabelecida pela OPEP. A solução para os problemas econômicos e financeiros de um Iraque atolado em dívidas seria torná-lo uma potência regional, dominadora no Oriente Médio, sonho antigo de Saddam Hussein.

Pode-se enumerar uma série de possíveis causas para o ataque militar do Iraque sobre o Kuwait, com base nos artigos “O Iraque no grande jogo geopolítico mundial”, de Francisco Carlos Teixeira e “Temas de Política Internacional para Historiadores: A Crise do Golfo Pérsico em 1991”, de João Fábio Bertonha.

A primeira era que o Kuwait era o principal credor da dívida externa iraquiana. Já a segunda causa era que o território kuwaitiano possuía um décimo de todas as reservas de petróleo mundiais. Apossar-se disso era a solução para os problemas econômicos iraquianos. Além disso, a produção kuwaitiana estaria pressionando os preços do barril de petróleo para cotações muito baixas dentro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

A terceira causa provável se referia aos antigos desejos de anexação do território do Kuwait pelo Iraque, o que possibilitaria maior saída para o Golfo Pérsico. A quarta causa foi que Saddam Hussein tinha o projeto de transformar o Iraque no grande líder e expoente do mundo árabe e do Oriente Médio, uma grande potência regional. Segundo Francisco Carlos Teixeira (p. 5) “A Guerra tornar-se-ia a única solução para evitar um quase monopólio hostil na produção de petróleo, acarretando uma importante virada na política mundial.”

Saddam Hussein poderia ter obtido êxito caso tivesse levado a cabo seu plano de invasão e conquista parcial do Kuwait. Ao invadir o Kuwait e depois anexá-lo, Saddam provocou Londres e Washington que não desejavam perder sua hegemonia sobre o Golfo Pérsico para o Iraque. Sua decisão ambiciosa lhe custou um preço caro: a derrota.

Os Estados Unidos, por sua vez, procurava um inimigo novo no âmbito de sua política externa, já que a União Soviética agonizava e o socialismo real enfrentava forte crise de paradigmas. Anos mais tarde, o Departamento de Estado estadunidense encontrou no

terrorismo, fundamentalismo islâmico e nos Estados avessos à hegemonia estadunidense, o seu tão almejado inimigo.

No início de 1990, o presidente estadunidense George Bush (1989- 1993) anunciou que estava começando uma “Nova Ordem Mundial” dos escombros da Guerra Fria. Washington não poderia permitir que um líder tão instável, pouco confiável e ambicioso como Saddam Hussein pudesse controlar grande parte da exploração e do mercado mundial do petróleo com a anexação do Kuwait. Além disso, o êxito do Iraque permitiria por parte desse uma forte intimidação sobre os outros países produtores de petróleo do Oriente Médio, o que ameaçaria o fornecimento de petróleo para o voraz mercado estadunidense. Já o aspecto geopolítico se relaciona com a influência dos Estados Unidos no Oriente Médio. Um Iraque forte e líder do mundo árabe poderia desestabilizar o Oriente Médio e prejudicar o equilíbrio regional e os interesses dos Estados Unidos. Não se pode esquecer que esse país possui uma visão de segurança nacional com caráter mundial, o que resulta na busca por estabilidade em todos os continentes. Fuser (2008, pag. 168) descreve que “No início de 1980, Carter anunciou que os EUA consideravam o Golfo Pérsico como uma região do seu “interesse vital” e que estariam dispostos a defendê-la por “todos os meios necessários, inclusive a força militar”.

A Guerra do Golfo, conseqüência da invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990, elevou a um grau incomparavelmente mais elevado o envolvimento militar, a influência política e os riscos dos Estados Unidos no Oriente Médio. Em 1991, pela primeira vez, tropas norte-americanas travaram uma guerra total contra um país árabe, tornando realidade um cenário que já se esboçava por ocasião do anúncio da Doutrina Carter, onze anos antes, quando os EUA se comprometeram a usar “todos os meios necessários, até mesmo a força militar” em defesa do seu “interesse vital” no Golfo Pérsico. Essa orientação geral de política externa, mantida e aplicada por Reagan, foi confirmada na gestão de George Bush (pai), iniciada em 1989. (FUSER, 2005, pag. 218)

Ao fim, entretanto, o Kuwait foi liberado com extrema facilidade, após mais ou menos seis semanas de bombardeio aéreo intenso e apenas cem horas de campanha em terra. Segundo como atesta Noam Chomsky (2003, P. 11)

A ocupação militar do Kuwait – que, se mantida com êxito, faria do ditador iraquiano um grande ator no cenário mundial – não produziu a ameaçado conflito entre superpotências e da guerra nuclear, como tinham feito os conflitos anteriores na região. Esse fato nada insignificante reflete, é claro, o colapso do sistema soviético, que deixou os Estados Unidos sem desafiantes em termos de poderio militar, e com a acentuada tentação de demonstrar a eficácia do instrumento que só esse país pode brandir.

O petróleo seguramente não foi o único fator que levou os EUA à guerra em 1991, mas esteve no centro das discussões do governo de George Bush desde o início da crise.

Logo na manhã de 2 de agosto, o dia da invasão, o presidente reuniu o Conselho de Segurança Nacional (CSN) para decidir o que fazer. A preocupação com o petróleo dominou as primeiras discussões. O Iraque e o Kuwait possuíam, somados, 20% das reservas de petróleo do mundo. Se Saddam conseguisse consolidar a anexação do Kuwait, avaliaram os integrantes do CSN, em pouco tempo estaria em condições de exercer uma forte influência sobre os preços e as condições de fornecimento do petróleo do Golfo Pérsico. Nessas circunstâncias, a correlação de forças no Oriente Médio se alteraria radicalmente, em prejuízo dos EUA e de seus aliados na região, principalmente Israel. (FUSER, 2005, pag. 224)

Algumas possíveis conseqüências da guerra podem ser apontadas, a primeira é a de que o mundo árabe e muçulmano continua vendo o Ocidente como colonizador. Infelizmente, a Guerra do Golfo produziu nos muçulmanos uma nítida sensação de que os países ocidentais possuidores de uma cultura cristã, capitalista, democrática e moderna não estão preocupados em compreender e tolerar a cultura árabe e muçulmana. A imagem dos Estados Unidos e do Reino Unido, por exemplo, foram ainda mais atreladas às idéias de dominação. Fuser (2005, pag. 219) expõe que “Essa presença, por sua vez, estimularia o surgimento de uma nova ameaça, uma organização terrorista islâmica ousada e agressiva, a Al Qaeda, que opera em escala internacional e tem como alvo prioritário os EUA e seus aliados.”

O desastre ambiental é outra conseqüência inegável, onde o Iraque mandou incendiar mais de 600 poços de petróleo no Kuwait, destruindo toda a produção local. Milhões de toneladas de poluentes foram lançados ao ar, poluindo extensas áreas ao longo do Oriente Médio. Isso provocou chuva ácida sobre o Irã e Arábia Saudita.

A conseqüência mais importante a ser citada por este trabalho foi que a Guerra do Golfo mudou os equilíbrios geopolíticos e estratégicos da região, conforme atesta João Fábio Bertonha. Os Estados Unidos passaram a ter muitas bases na região, como a da Arábia Saudita, muito questionada pelos muçulmanos mais fundamentalistas, por estar em território sagrado. A influência estadunidense cresceu a ponto de influenciar áreas que antes eram consideradas zonas de influência soviética. Posteriormente, a emergência de George Walker Bush à Casa Branca, em 2001, levou os republicanos a retomarem o antigo projeto de retirada de Saddam do poder. O que foi levado a cabo a partir de março de 2003.

4.3 A Guerra das Malvinas/Falklands War

Conhecidas fora da América do Sul como Ilhas Falkland, o território desde o século 19 está sob controle britânico, mas a Argentina há décadas reivindica soberania e em 1982 invadiu as ilhas, deflagrando a Guerra das Malvinas.

O arquipélago das Malvinas/Falklands, na região subantártica do Atlântico Sul e 483 km distante da costa da Argentina, é constituído por duas grandes ilhas (Soledad, a leste e Gran Malvina, a oeste) e aproximadamente outras 700 ilhas menores e rochedos.



FIGURA 2 – Malvinas/Falklands.

Há muitas controvérsias sobre seu descobrimento e colonização. Mas o primeiro a desembarcar numa das ilhas foi John Strong em 1690, e batizou o arquipélago com Falkland Islands, em homenagem a Anthony Cary, 5th Viscount of Falkland, (1656– 1694), que havia patrocinado a expedição. Posteriormente, em 1764, um navegante de Saint Malo (cidade portuária na Bretanha) Louis Antoine de Bougainville (1729-1811) fundou uma base naval em

Port Louis (Malvinas Oriental) e denominou o arquipélago de Îles Malouines (daí a origem do nome Malvinas).

John Byron (1723-1786), construiu um forte em Port Egmont, na pequena ilha Saunders, ao norte das Malvinas/Falklands ocidentais, e reclamou a soberania do arquipélago para a Grã-Bretanha. Pouco depois, em 1766, a Espanha obteve da França a cessão de sua base, o Port Saint Louis, nas Malvinas Orientais, e em 1774 conseguiu expulsar o contingente britânico do Port Egmont, na ilha Saunders. A partir de 1811, porém, a Espanha abandonou o arquipélago das Malvinas, em conseqüências das guerras pela independência de suas colônias nas Américas, e seu domínio, nos anos 1820, passou virtualmente para Buenos Aires, à frente das Províncias Unidas do Rio da Prata. Mas como Bandeira (2012, p. 157-158) aponta, esse domínio formal aconteceu apenas por 13 anos. Em 2 de janeiro de 1833, o capitão James Onslow, chegou a Puerto Soledad (antes Port Louis), expulsou o capitão José Maria Pinedo e os poucos colonos argentinos, que lá haviam começado a povoar em 1827, e substituiu a bandeira da Argentina pela bandeira da Grã-Bretanha.

Havia indícios de existência de petróleo nas Malvinas – as ilhas serviam de base para a exploração de recursos marinhos e de porto intermediário para navegações que seguiam para a Antártida. No dia 2 de abril de 1982, soldados argentinos dominaram a pequena guarnição britânica nas Malvinas. Não resta a menor dúvida de que o general Leopoldo Galtieri tentou ganhar apoio para a tão desgastada e desmoralizada ditadura militar, despertando o sentimento patriótico do povo argentino, ao tomar a iniciativa de invadir as Malvinas, cerca de três meses e dez dias, após derrubar o general Roberto Viola (1924-1994) da chefia da Junta Militar e assumir o poder.

O presidente Ronald Reagan (1981-1989) anotou, no seu diário, que telefonou para o general Galtieri e, durante 40 minutos, tentou persuadi-lo a não invadir as Malvinas/Falklands e que então “we learn there is possibility of oil there” (soubemos da possibilidade de que ali havia petróleo). Também o secretário de Estado do presidente Ronald Reagan, Alexander Haig, escreveu que as explorações geológicas haviam revelado que as Malvinas/Falklands estavam sobre um largo campo submarino de petróleo e que alguns assessores entendiam a disputa entre a Argentina e a Grã-Bretanha poderia ser resolvida por meio de entendimento sobre os direitos de exploração (BANDEIRA, 2012, p. 159)

Por sua vez, os EUA fez um “esforço para cooptar os militares argentinos e influenciá-los no sentido de modificar a política exterior do país que intensificou-se no curso de todo o ano e início de 1982. Altos funcionários e militares argentinos e americanos realizaram assíduas

viagens entre Buenos Aires e Washington” (BANDEIRA, 2012, p. 160). Como aponta Bandeira (p. 161) a Junta Militar idealizou que os Estados Unidos, por interesse próprio e como contrapartida pela colaboração da Argentina na América Central, impedissem uma reação armada da Grã-Bretanha e esta se limitasse a protestos verbais.

Os Estados Unidos, desde a Segunda Guerra Mundial, já planejavam a instalação de bases, com o objetivo de fortalecer a estrutura defensiva no Atlântico Sul e, globalizando a segurança continental, enfrentar e deter a expansão da União Soviética, flertar com a Argentina poderia beneficiar o alcance desses objetivos. Segundo Bandeira (2012, pag. 164) “A invasão das ilhas Malvinas/Falklands criou sérios embaraços para a administração do presidente Ronald Reagan. Os Estados Unidos nunca haviam reconhecido a soberania nem argentina nem britânica e o *inner-circle* de Washington estava dividido quanto à atitude a tomar diante da aventura do general Leopoldo Galtieri.”

Lembrando aqui que Mackinder concebeu uma forma original da noção de poder com sua proposta de uma divisão dual entre o poder marítimo e o poder terrestre. O poder terrestre é o central e o poder marítimo é o periférico. A Inglaterra historicamente buscou seu domínio através dos mares. São diversos os pontos estratégicos marítimos mantidos pelos ingleses por longo tempo: Gibraltar, Falklands (Malvinas), Hong-Kong etc.

Em Londres, governava Margaret Thatcher, mais tarde conhecida como "dama de ferro" do Partido Conservador. Um dia após a invasão da Argentina, ela não deixou dúvidas na Câmara Baixa do Parlamento britânico de que estava disposta a reconquistar as ilhas. A Argentina subestimou a determinação de Thatcher, que contava com amplo apoio da população e até dos partidos da oposição. As ações militares britânicas começaram em clima de festa, três dias após a invasão, com a mobilização da Marinha e da Aviação. A superioridade militar inglesa foi imbatível em todos os terrenos da guerra naval, aérea e terrestre. Os ingleses não dariam a oportunidade de perder as Falklands, visto que essa área permitia um maior controle dos mares.

Diplomaticamente isolada e militarmente em desvantagem, a Argentina capitulou, depois de dois meses e meio de conflito, no dia 14 de junho de 1982. O fim da guerra representou não só uma derrota nos campos de batalha como também o início do desmantelamento do regime militar argentino.

A Grã-Bretanha começou em 2010 a fazer perfurações na costa das ilhas Malvinas. Esta atividade elevou as tensões entre o Reino Unido e a Argentina, que reclama a posse das ilhas.

Em poços exploratórios foi detectada a presença de petróleo na bacia ao norte das ilhas. Em comunicado, a companhia encarregada da exploração indicou que os resultados de um novo poço de exploração na jazida Sea Lion indicaram um aumento da estimativa das reservas nessa região. Em seu último relatório, a empresa avaliou as reservas na jazida em 1,29 bilhão de barris. Outras áreas estão sendo exploradas, o que deverá ampliar o valor das reservas provadas das bacias na região.

Sendo assim, pode-se sugerir que a Guerra das Malvinas foi uma guerra pelo controle dos reservatórios de petróleo e gás existentes nas bacias submarinas das ilhas.

5. CONCLUSÃO

Ao longo da história da humanidade, é freqüente por partes de líderes estadistas, diplomatas, militares, filósofos, historiadores e geógrafos de todas as regiões, a interpretação das características e fenômenos dos espaços geográficos das regiões visando à formulação de soluções de caráter político para alcançar interesses específicos das nações ou dos Estados. É nesse cenário que a Geopolítica se insere como disciplina.

A geopolítica é modo de análise que atingiu grande popularidade entre o fim do século XIX e meados do século XX. Pode-se concluir que o estudo da Geopolítica é fundamental para se estabelecer uma política nacional, visando-se conquistar ou manter os objetivos nacionais. Nota-se que é necessário levar em consideração as concepções geopolíticas dos demais Estados, principalmente as dos vizinhos e dos que se situam nos centros de poder para planejar quaisquer posições.

Primeiramente foi Friederich Ratzel quem revolucionou a geografia do seu tempo, influenciando Kjellén, Mackinder, La Blache e Haushofer. Sintetizando as concepções dos autores sobre a geopolítica, ela é a forma como os países se inserem no contexto mundial para a busca de poder, crescimento e hegemonia, principalmente aumentando suas capacidades através da extraterritorialidade. São elementos básicos da geopolítica: a tendência dos Estados em face das suas condições geográficas; a forma e posição dos territórios dos Estados no mundo; e a linha periférica e as fronteiras do território dos Estados. E é intrínseco à geopolítica considerar em seus estudos os seguintes aspectos: latitude, relevo, continentalidade ou maritimidade, e sua situação relativa aos Estados vizinhos.

A geopolítica elaborada pelos mesmos passou por profundas mudanças, onde a geopolítica contemporânea surge para lidar com os novos problemas cada vez mais urgentes e complexos, colocando em cheque territórios diferentes, que constroem novas alianças e contrastes que exigem leituras renovadas e novos conhecimentos para afrontar a realidade.

Pode-se inferir que uma grande parte dos conflitos do último século são definidos pela disputa geopolítica e pela competição por recursos, os quais não são distribuídos igualmente em todo o globo.

A partir do século XX, o petróleo passa a ser uma questão geopolítica por excelência. Além de ser um recurso limitado a apenas alguns territórios nacionais e ser um recurso esgotável, o

petróleo possui ainda maior importância por ser o combustível do motor que gira e desenvolve o mundo. Sendo a mais problemática fonte de energia, devido ao seu caráter estratégico e à sua distribuição geográfica, nota-se que o petróleo está fortemente relacionado aos principais eventos mundiais nos últimos anos, deixando um caminho de guerras, ganância, riqueza e poder.

A importância do petróleo é um resultado da inexistência de qualquer produto capaz de substituí-lo de modo eficaz. A importância dos derivados obtidos através do refino do petróleo e pelo processamento do gás natural pode ser evidenciada nas suas aplicações. Como exemplo, pode-se destacar a utilização do GLP e do gás natural nas residências e a produção dos combustíveis: gasolina, diesel, querosene de aviação e GNV (gás natural veicular).

Como fonte de poder nacional, o petróleo pode significar a plataforma para uma maior projeção internacional do seu detentor. Como as principais jazidas encontram-se nas regiões “atrasadas” do globo, é importante que estes países adotem políticas relacionadas a essa fonte energética, buscando uma maior inserção no cenário internacional e se protegendo das ameaças das potências “desenvolvidas” dependentes do consumo desse recurso energético.

O conflito entre Grã-Bretanha e Argentina pela posse das ilhas Malvinas/Falklands não possuiu o petróleo como uma motivação oficial, todavia nos dias de hoje e através de recentes descobertas pode-se ponderar que a importância da região vai além das expostas.

Os países do Oriente Médio, região com as maiores reservas de petróleo, podem determinar a quantidade produzida e influenciar nos preços mundiais do petróleo. Os EUA têm mantido presença militar na região, principalmente, para evitar uma interrupção repentina da produção de petróleo e a subida do preço, baseados na sua prioridade energética de proteção do fornecimento de petróleo através do poder militar.

Em suma, a Guerra Irã-Iraque e a Guerra do Golfo são partes de uma série de eventos que alterou a disposição das forças no Oriente Médio. A Guerra do Golfo, de 1991, foi um divisor de águas importante na História contemporânea, do ponto de vista das relações internacionais, tal guerra inaugurou o período pós-Guerra Fria. Há no Oriente Médio, com sua proeminência nas reservas de petróleo, uma nítida disputa por hegemonia e por controle de recursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) – disponível em www.anp.gov.br

ALVEAL, Carmem. **Evolução da indústria de petróleo: nascimento e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: COPPEAD-IE/UFRJ, 2003.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Guerra das Malvinas: Geopolítica e Petróleo. **Revista Espaço Acadêmico**, Paraná, v. 132, n. 132, p.157-165, maio 2012.

BARROS, Evandro Vieira de. **A matriz energética mundial e a competitividade das nações: bases de uma nova geopolítica**. Engevista, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p.47-56, jun. 2007.

BERTONHA, Fábio João. **A Geopolítica do petróleo no século XXI**. Meridiano 47 (Unb), Brasília, v. 55, p. 1-3, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/50924529_Notas_sobre_a_geopolitica_do_petroleo_no_seculo_XXI. Acesso em: 10 nov. 2017

BERTONHA, João Fábio. **“Temas de política internacional para historiadores: A crise do Golfo Pérsico em 1991”**. In: História e Ensino. Londrina, 1996(2): pp.113-128.

CARVALHO, Marcos B. de. **Ratzel: releituras contemporâneas.** Uma reabilitação? Terra Livre. São Paulo: AGB, n. 13, 1997.

CARVALHO, Leonardo Arquimimo. **Geopolítica & Relações Internacionais.** Curitiba, Juruá, 2002.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política:** território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica:** discursos sobre o território e o poder. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CHOMSKY, Noam. **Contendo a democracia.** RIBEIRO, Vera (trad.). Rio de Janeiro: Record, 2003.

Debeir, J.-C. e. a. (1993). **A Expansão do Sistema energético capitalista, Uma história da energia.** Ed. da UnB, Brasília. p. 169-206.

DEFARGES, Philippe Moreau. **Introdução à Geopolítica.** Lisboa: Gradiva, 2003

DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano.** Brasil: Contexto. 2013.

Freeman, C. & Soete, L. (1997). **The economics of industrial innovation**, volume 3. MIT press edition, 3 edition. p.85-105; 265-285.

Furtado, Andre Tosi. La trayectoria tecnológica de petrobrás en la producción costa afuera. 1996. Revista Espacios, 17. Acesso em 22 de Outubro de 2017 em: <<http://www.revistaespacios.com/a96v17n03/32961703.html>>.

FONT, Joan Nogue; RUI, Joan Vicente. **Geopolítica, Identidade e Globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

FUSER, Igor (2005). **O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003)**. Dissertação de mestrado. (PDF) (São Paulo: Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais "Santiago Dantas" (Unesp / Unicamp / Puc-SP)).

GILPIN, Robert. **O desafio do capitalismo global**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

KAPLAN, Robert. **A Vingança da Geografia**. Sao Paulo: Elsevier, 2013. 408 p

KARSH, Efraim. **The Iran Iraq War 1980-1988**. Osprey Publishing. 2002.

KEEGAN, John. **Uma história da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KERR OLIVEIRA, Lucas . **Petróleo e Segurança Internacional: o papel das disputas por petróleo em conflitos armados na África Subsaariana**. In: I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais - ABRI, 2007, Brasília. I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais - ABRI. p. 1-40.

KLARE, Michael T. “**Resource Competition and World Politics in the 21st Century**”, Current History, No.99. 2000.

LINS, Hoyêdo Nunes. **Energia e geopolítica**. Atualidade Econômica: UFSC/CSE Departamento de Ciências Econômicas, Florianópolis, ano18, n. 49, p.10-19. 2006.

Maiores exportadores de petróleo, disponível em: <<http://www.worldstopexports.com/worlds-top-oil-exports-country/>>. Acesso em 8 de novembro de 2017.

Maiores importadores de petróleo, disponível em: <<http://www.worldstopexports.com/crude-oil-imports-by-country/>>. Acesso em 8 de novembro de 2017.

MARINHO JR., Ilmar Pennas. **Petróleo: soberania & desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bloch, 1970. p. 01-251.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. **Geopolítica: Introdução ao Estudo**. São Paulo: Sicurezza, 2006

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da Geopolítica?**. São Paulo: Editora HUCITEC/EDUSP, 1999

MINADEO, Roberto. **Petróleo: A maior industria do mundo**. Rio de Janeiro: Thex, 2002. 436 p.

MIJARES, Victor M. **Petróleo y Conflicto em la Estructura**: Aproximación a los fundamentos básicos del conflicto Internacional generado por el controle de las principales fuentes mundiales de petróleo. Revista Venezolana De Análisis De Coyuntura, v. IX, n. 2, p. 43- 57, 2003.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e Poder**. In: Geopolítica e Poder no Brasil. Campinas, SP: Papirus, 1995, p. 21-25.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 19. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

PRUGH, Thomas; FLAVIN, Christopher; SAWIN, Janet L. **Mudando a economia do petróleo**. In: PRUGH, Thomas et al. Estado do Mundo 2005. Cairú: Uma, 2005.

SAMPSON, Anthony. **As sete irmãs: as grandes companhias de petróleo e o mundo que elas construíram**. Rio de Janeiro: Artenova, 1976

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **O Iraque no Grande Jogo Político Mundial**. p. 04.

SOUZA, Danilo de; RODRIGUES, Adriano Pires. **Petroleo, Livre Mercado e Demandas Sociais**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994. 217 p.

TOSTA, Octavio. **Teorias Geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

VESENTINI, Jose Willian. **Novas geopolíticas: as representações do século XXI**. São Paulo: Editora Contexto, 4 edição, 2005

VESENTINI, José William. **Controvérsias geográficas: epistemologia e política**, Confins, revista franco-brasileira de geografia, N° 2,1° semestre de 2008.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **O Oriente Médio e Afeganistão: um século de conflitos**. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2002.

YERGIN, Daniel. **O Petróleo: uma historia mundial de conquistas, poder e dinheiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2012. 1.080p.

YERGIN, Daniel. **A Busca: Energia, segurança, e a reconstrução do mundo moderno**. Sao Paulo: Intrinseca, 2014. 864 p